Relatório de Gestão 2011

Volume II

Loures

Funções Económicas

908|2764

3. FUNÇÕES ECONÓMICAS

3.1 AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA

3.1.1 FLORESTAÇÃO

3.1.1.2 PROMOÇÃO DA FLORESTAÇÃO

- **DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS**

Dentro das ações/atividades anteriormente elencadas e que fazem parte da actividade diária do Gabinete Técnico Florestal, há que realçar aquelas contidas/preconizadas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios sustenta-se nas características específicas do território, nomeadamente as decorrentes da sua natureza urbana, periurbana ou rural, assim como das funções dominantes desempenhadas pelos espaços florestais.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios contem as acções necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das acções de prevenção, incluem a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios, como preconizado no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho.

Para o cumprimento do anteriormente disposto, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios centra-se em 5 eixos estratégicos, sendo eles:

- 1.º Eixo Estratégico: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- 2.º Eixo Estratégico: Redução da incidência dos incêndios;
- 3.º Eixo Estratégico: Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- 4.º Eixo Estratégico: Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- 5.º Eixo Estratégico: Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

As acções que sustentam o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios procuraram satisfazer os objectivos e as metas preconizadas nos cinco eixos

909/1764

estratégicos definidos no Plano Nacional, estando organizadas e hierarquizadas em função do impacto esperado na resolução dos problemas identificados no concelho.

3.3. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3.3.1. TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

3.3.1.1. MELHORAR A REDE VIÁRIA

➢ **PROJETOS EXECUTADOS / ACOMPANHADOS**

- Plano Pormenor Zona Nascente – Infraestruturas Viárias e de Telecomunicações - 1ª Fase – Planta da Rede Viárias – traçado Geral e estacionamento.
  No que diz respeito à execução da 2ª fase deste projeto – Perfis longitudinais (modelação), transversais tipo – não foi iniciada. Está previsto que em 2012 seja contratada formação "on the job" permitindo, assim, concluir o projeto apenas com recursos internos.
- Acompanhamento do Projeto de Reformulação da Praça da República em Sacavém – projeto externo.
- Via T1 do PDAM (1º lanço) – Estudo prévio da Reformulação da Rua Padre António Vieira – projeto externo.
- Via T1 do PDAM (2º lanço)
  Análise do Projeto de Execução;
  Instrução dos processos na CCDRLVT (REN) e DRAPLVT (RAN)
- Elaboração de Estudo Preliminar do Acesso Condicionado ao Centro Comunitário de Stª António dos Cavaleiros.
- Via de Cintura – Troços 16 e 17 AML
  Análise do Estudo de Impacto Ambiental – projeto externo
  Compatibilização do Estudo Impacto Ambiental com Projeto de Execução (já executado) e instrução do processo a enviar à CCDR.
- Estudo Circulação / sinalização do Bairro Vitória – Loures.
- Elaboração da proposta de melhoria dos acessos ao Colégio Monte Maior, em Montemor – Loures.

➢ **EMPREITADAS**

- Hospital de Loures – Acessos – Via L1-4

➢ **OBRAS DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA MAIS RELEVANTES**

✓ **DESTACAM-SE AS INTERVENÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS**

- Remodelação da paragem de autocarros no Largo Espírito Santo – Bucelas;
- Alargamento e aqueduto na Rua da Capela em à-dos-calvos – Loures;
- Repavimentação da EN 115-5 na Rua 1º de Maio – S. Julião do Tojal;
- Pavimentação de arruamentos no Bairro da Boavista à Murteira – Loures;
- Repavimentação de arruamentos – Portela;
- Reperfilamento da Rua João Nunes Resende – S. João da Talha;
- Regularização e pavimentação da Rua da Liberdade em Montachique – Lousa;
- Execução de passeios e drenagem pluvial na Rua Alfredo Dinis Alex, Casaínhos – Fanhões.

3.3.1.2. PROMOVER A SINALIZAÇÃO ADEQUADA

No que respeita ao "Fornecimento e colocação de sinalização vertical e execução de sinalização horizontal no concelho de Loures – 2009", foram efetuados os seguintes trabalhos:

Segundo trimestre de 2011 - trabalhos de repintura de marcações horizontais (eixos de via e guias):

- Freguesia de Santo António dos Cavaleiros - Viaduto do Almirante; Rotunda António Gonçalves; Av.ª Infante D. Pedro; Av.ª Vasco da Gama; Rotunda António Morais; Rua Guerra Junqueiro; Av. Luís de Camões; Rua António Sérgio; Largo D'El Rei D. Duarte; Av.ª Marquês de Marialva; Av.ª Carlos de Andrade; Av.ª António Galvão de Andrade; Av.ª Francisco Pinto Pacheco; Rua David Mourão Ferreira; Av.ª Salgado Zenha; Av.ª D. Sebastião; Av. D. Luís de Meneses; Av.ª Conde Avranches.
- Freguesia de São Julião do Tojal - Troço da EN115-5, desde São Julião do Tojal é à rotunda do Zambujal; Via de Cintura (só guias exteriores)
- Freguesia de Loures - EN115, entre a rotunda de ligação à EN8 e a rotunda junto ao "Pingo Doce" na Rua do Funchal.
- Terceiro trimestre de 2011 – trabalhos de repintura de passadeiras;

- Freguesia de Loures - Rua Fernão Mendes Pinto (Infantado), na zona recebida pelo Município; Av.ª das Descobertas; Rua Vasco da Gama; Rua Martim Afonso de Sousa; Arruamento de acesso ao cais de descargas do Loureshopping; Via de ligação da rotunda do Loureshopping à rotunda de ligação à EN8 (junto das antiga Promec).

Cabe aqui destacar a remodelação da iluminação do Bº S. Francisco em Camarate, a dos acessos ao Museu da Qt.ª do Conventinho em Loures e a dos acessos viários ao novo Hospital de Loures.

3.4. COMERCIO E TURISMO

3.4.2. TURISMO

3.4.2.1. DIVULGAÇÃO DE INICIATIVAS TURISTICAS

➢ **BTL – BOLSA DE TURISMO DE LISBOA**

Decorreu de 23 a 27 de Fevereiro na FIL – Feira internacional de Lisboa, o maior certame de Turismo a nível nacional.

O evento contou com a presença de mais de 74.700 visitantes, tendo sido verificado um crescimento de 12% de profissionais estrangeiros, incluindo 200 buyers convidados. Contou ainda com mais de 990 expositores.

No stand da Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, com elementos envergando trajos setecentistas e realização de provas de vinhos de Bucelas, distribuição de material promocional nos balcões, do stand.

➢ **CARNAVAL INFANTIL**

Esta iniciativa realizou-se em parceria com a Junta de Freguesia de Loures e as Escolas Primárias, Associações e Externatos da Freguesia de Loures. O desfile teve lugar no dia 4 de Março e contou com a participação de cerca de 1.100 crianças, sob o tema "Histórias Mascaradas".

O evento teve lugar pelas 10h30, saindo as crianças de dentro do Pavilhão Paz e Amizade, e percorrendo a Rua da República até aos Paços do Concelho.

O desfile saiu do Pavilhão Paz e Amizade, e percorreu a Rua da República até aos Paços do Concelho, onde terminou. Contabilizou-se uma audiência de mais de 500 pessoas.

➢ **CARNAVAL SALOIO**

Iniciativa que decorreu entre 05 a 09 de Março de 2011, onde se organizaram bailes. O Entrudo saiu a rua com desfiles pela cidade de Loures, este ano subordinado ao tema "Mulheres com História"

As comemorações do Carnaval de Loures tiveram este ano, nos dois dias de desfile 13.500 visitantes, com 14 carros alegóricos e cerca de 1.200 figurantes.

➢ **CONCURSO NACIONAL DE ARTES ARTESANAIS E FEIRA DE ARTES ARTESANAIS**

A Revista *Arte*ldeias, Bricolage e Decoração lançou o *Concurso Nacional de Artes Artesanais*, ao qual puderam concorrer todos os amantes de Artesanato, independentemente do tipo de técnica praticada.

O objetivo passou por divulgar o que se faz em Portugal nas Artes e no Artesanato, enquanto expressão popular, procurando estimular o aparecimento de novos talentos, e tentando implementar e divulgar os já existentes. Teve lugar nos dias 13, 14 e 15 de Maio, na Sala Multiusos do Pavilhão de Macau. Participaram a concurso 179 peças, de Norte a Sul do país.

Os prémios atribuídos no concurso foram os seguintes:

- **Prémio Artesanato 2011** – ***Margarida Barbosa***, do Porto, pelo trabalho de bordado com fitas de seda, com o tema "Paisagem";
- **Prémio Artes Decorativas 2011** – ***Silvia Marieta***, do Entroncamento, pelo retrato a óleo, com o tema "O Tempo";
- **Prémio Popularidade 2011** – ***Fernando Castro***, de Alcabideche, pelo trabalho "Casa Típica de Trás-os-Montes".

➢ **FORMAÇÃO DE HIGIENE E SEGURANÇA ALIMENTAR**

Através de uma parceria com o Centro para o Sector Alimentar da Pontinha e os Centros de Saúde de Sto. António dos Cavaleiros e Sacavém, a Divisão de Turismo promoveram esta iniciativa, que é uma Ação obrigatória para os funcionários dos estabelecimentos de restauração e manipuladores de alimentos, com a duração de 25 horas repartida da seguinte forma:

Mês	Nº de Formandos
Abril	13
Maio	11
Novembro	8
Total	32

- **FEIRA DO PARQUE**

A Feira do Parque é uma iniciativa pensada para promover a venda de artesanato, antiguidades, produtos agrícolas, vinícolas e biológicos.

A primeira edição decorreu entre os meses de Maio e Setembro, no Parque da Cidade, em Loures.

Foi solicitado um estudo prévio de ocupação do espaço ao Departamento e Obras, Mobilidade e Energia(DOME), para que se pudesse otimizar da melhor forma a zona de exposição para cada participante.

Considerando que houve lugar ao pagamento de ocupação de espaço, foram elaboradas as respetivas normas de participação, enviadas a Reunião de Câmara para aprovação.

A divulgação foi feita através da extensa Base de dados da DT, incluindo artesãos e antiquários.

Foi igualmente solicitada a colaboração à DDEPE, com o intuito de fazerem a divulgação pelos produtores biológicos e de vinho, já que são os seus interlocutores privilegiados.

Participaram um total de 188 expositores, repartidos da seguinte forma:

MÊS	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
Nº Participantes	36	48	44	27	33	188

- **CURSO DE LAVORES**

A Editorial Nascimento tem promovido a realização do Curso de Lavores, que abrange os mais diversos pontos de bordados e patchwork, em parceria com a

Divisão de Turismo que disponibiliza as instalações para receber os participantes e a respetiva formadora.

- **PASSEIOS PEDESTRES**

Devido às suas características, o Concelho de Loures apresenta potencialidades únicas para a prática do pedestrianismo. O vasto património, a sua história, a diversidade de paisagens (Terrenos Agrícolas, Várzea, Rios, Ribeiras, Vales, Vulcão, Antas, Fortes, Palácios, Flora, Fauna ...) são só alguns dos fatores que irão por certo despertar interesse em vir até Loures e aproveitar para redescobrir o gosto pela atividade física, pela natureza, a descoberta e o contacto com populações de modo a reavivar tradições já esquecidas e ultrapassadas pelos novos tempos.

O objetivo destes percursos passa assim por levar os visitantes a conhecer os espaços naturais do Concelho de Loures, desfrutando das belas paisagens que o mesmo tem para oferecer. A realização destes passeios permite a interação dos seus participantes que partilham aqui bons momentos de lazer, esquecendo o stress do dia-a-dia. Permite igualmente a sensibilização dos pedestrianistas para a preservação do ambiente.

O percurso "Caminhos de Antigamente", entre o Parque Municipal do Cabeço de Montachique e Pintéus, com cerca de 6,5 km, foi introduzido este ano. Este passeio permite a vivência de vários períodos da história ao cruzarmos os testemunhos de diferentes épocas, dos romanos às invasões francesas à atualidade, os pedestrianistas tiveram a oportunidade de desfrutar da comunhão entre a história, a natureza e as magníficas paisagens que este trilho proporcionou.

Todas as características acima descritas e muitas outras, puderam assim ser encontradas ao longo dos **6 passeios pedestres** desenvolvidos pela Divisão de Turismo, que tiveram lugar durante os meses de Março a Junho e Setembro.

Este ano, participaram nestes percursos 254 pedestrianistas, tendo aumentado o número significativamente comparativamente ao ano de 2010, conforme quadro que se anexa:

982/1764

Ano	2010	2011
Nº de Participantes	190	254

Cada percurso aceita um nº limite de 50 pedestrianistas – por uma questão de respeito pela natureza, tentando perturbar ao mínimo a fauna e flora dos locais; por uma maior interação dos participantes, entre eles e entre os participantes e os acompanhantes do percurso; pelo lazer; para evitar uma grande distância entre os primeiros e os últimos pedestrianistas.

Com esta iniciativa a CML consegue promover o lazer, o património natural e construído do Concelho, a prática de atividade física e o convívio por um custo praticamente inexistente.

➢ **UM MÊS, UM LEGUME**

Os principais objetivos desta iniciativa foram, reconhecer a importância que a indústria da restauração tem representado no desenvolvimento turístico do nosso Concelho, demostrar as características rurais da nossa região, com todo o potencial de cultivo em produtos frescos e saudáveis, bem como no próprio escoamento dos mesmos, investindo num consumo diário destes proveitos de forma criativa, educativa e saudável.

O "Mês do Legume" decorre nos estabelecimentos de restauração aderentes, entre 1 de Julho de 2010 e 30 de Junho de 2011.

➢ **FIARTIL – 48º FEIRA DE ARTESANATO DO ESTORIL**

Esta feira é uma organização do Turismo Estoril, e teve lugar entre os dias 29 de Junho e 28 de Agosto.

O Município de Loures, foi uma vez mais convidado a participar neste certame, tendo sido disponibilizado um stand .

Neste sentido encaminhámos o convite a **8 artesãos do Município** para exporem no espaço, uma semana cada um. O stand encontrava-se em nome do Município de Loures.

A participação na FIARTIL resulta na divulgação do nosso Município para visitantes/turistas nacionais e estrangeiros que visitam aquele certame.

É uma oportunidade de promoção importante, devendo apostar-se na inclusão em massa de folhetos promocionais.

Regra geral os artesãos levam alguns folhetos para entrega aos visitantes, mas deveremos reforçar esta divulgação.
É um evento que não imputa quase nenhum custo ao município, à excelção do transporte de alguns artesãos.

- **ARRAIAL DOS NAVEGANTES**

Ao contrário da grande maioria dos arraiais populares de Lisboa, este "Arraial dos Navegantes" prima por uma certa diferenciação. Começa por a população habitacional do Parque das Nações ser jovem sendo constituída por famílias com crianças que procuram num arraial, não um local onde exista grande confusão tão típica dos bairros históricos da cidade, mas sim um evento onde possam jantar "familiarmente", onde claro exista a animação própria de uma festa popular mas que acima de tudo se possa estar calmamente a desfrutar da sardinha, do caldo verde, do chouriço assado e claro das verdadeiras sangria e cerveja, tudo isto acompanhado de animação musical, porque até há quem goste de dar o seu pé de dança.

Este evento decorreu entre 3 a 5 de Junho, no Parque das Nações, organizado pela Paróquia de Nossa Senhora dos Navegantes e Agrupamento 1100 do Corpo Nacional de Escutas, tendo como objetivo a angariação de fundos para a construção da Nova Igreja de Nossa Senhora dos Navegante

Funciona como alternativa a um programa de Santos Populares mais típico porventura mais genuíno, mas também mais "radical". O Arraial dos Navegantes é uma maneira diferente de se divertirem em família pelos Santos Populares. O Arraial funciona em regime de pré pagamento e "self-service".

- **FESTIVAL DO CARACOL SALOIO (15 A 26 DE JULHO)**

Esta é uma iniciativa que decorre em Loures desde o ano 2000, com características únicas, proporcionando aos visitantes um leque variado de pratos exclusivamente à base de caracol, desde o tradicional caracol cozido/caracoleta assada, passando por outros mais elaborados, como a feijoada de caracoletas, a açorda de caracol ou as espetadas de caracoleta.
A presente edição, à semelhança dos últimos 7 anos, decorreu no Parque de Estacionamento junto ao Pavilhão Paz e Amizade, de 15 a 26 de Julho.

Criou-se um espaço de animação infantil, orientado pela Associação Dr. João dos Santos, entidade convidada para o efeito.
Participaram um total de 10 tasquinhas sedeadas no concelho.

Comparativamente ao ano transato, houve um aumento significativo do número de visitantes. No ano de 2010 contámos com 55.000 e em 2011 com 70.000.

➢ **PERCURSO DO PATRIARCA**

Com este projeto, pretende-se realizar um itinerário na freguesia de Santo Antão do Tojal, envolvido no contexto da eleição do primeiro patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida (século XVIII), e a sua influência nesta Freguesia.
Este tipo de visitas alia o conhecimento histórico à animação com recriação de personagens da época, agradando muito os visitantes.
Sendo que em 2011 se comemorou o Centenário do Turismo em Portugal, pudemos associar esta visita à comemoração, realizando-a ainda no **Dia Mundial do Turismo – 27 de Setembro.**

Oferecemos assim aos nossos visitantes a possibilidade de visitar num contexto de animação histórica, um dos conjuntos patrimoniais mais emblemáticos do Concelho.
Os custos desta visita prenderam-se com o almoço (€12,50), que foi suportado pelos **17 participantes**.

➢ **FEIRA SETECENTISTA – STO. ANTÃO DO TOJAL**

A Feira Setecentista decorreu no dia 2 de Outubro de 2011, no Largo Monumental em Sto. Antão do Tojal.

Este evento é realizado em parceria com a Junta de Freguesia, sendo o desfile organizado e coordenado pela empresa "Câmara dos Ofícios".
Este ano foi negociada uma campanha publicitária (televisiva e outdoors), paga através dos patrocínios do "Festival do Caracol Saloio", o que se traduziu em anúncios na SIC e na SIC Notícias, e 3 outdoors.

Estiveram presentes 12 artesãos convidados pela Autarquia (Acúrcio e Mila Marques, Cristina Alcântara, Isabel Esteves, David Silva, Hortense Henriques, Mestre Ameixinha, Laura Paulino, Luisa Rato, Elizabete Amado, Valéria Vieira, Renato Silva e Maria do Carmo Azevedo), assim como a Montiquelho.

As visitas ao Palácio dos Arcebispos têm sempre mais solicitações do que vagas (são limitadas a 30 pessoas em cada turno, por questões de segurança que se prendem com a estrutura do Palácio), e este ano não foi exceção: as 5 visitas realizadas ficaram completas e foram muitos os interessados que não conseguiram participar.

➢ **FESTA DO VINHO E DAS VINDIMAS – OFI´ARTE**

Integrada na Festa do Vinho e das Vindimas, organizou-se uma vez mais a Feira de Artes e Ofícios – Ofi´Arte.

Os artesãos concelhios encontraram aqui mais uma oportunidade de promover a sua arte junto do público visitante deste certame.

O objetivo desta atividade passa por isso mesmo, divulgar o artesanato produzido no Concelho, através da participação, em 2011, de 32 artesãos provenientes de diversas freguesias.

Os trabalhos apresentados representavam diversas tipologias – artes decorativas, patchwork, cerâmica, cestaria, trabalhos em couro, bijuteria, decoração infantil – o que permitiu uma mostra bastante diversificada com conjugação de artesanato tradicional e urbano.

O stand institucional da CMLoures teve igualmente lugar no interior do Pavilhão.

➢ **TURISMO PARA TODOS - INATEL**

No seguimento de correspondência recebida da Fundação Inatel, a Divisão de Turismo aderiu ao programa em epígrafe, cujo objetivo é proporcionar férias a custo controlado sem limite de idade ou remuneração.

A divulgação foi feita para uma viagem de 6 dias e 5 noites a Entre-os-Rios, onde se inscreveram 15 pessoas. Uma vez que a Inatel requeria um grupo com o mínimo de 30 pessoas, e nem com angariação de pessoas de outros pontos do país se conseguiu atingir este número, a viagem acabou por ser anulada.

De forma a não prejudicar quem já estava inscrito, foi dada a possibilidade de transferir o grupo para o destino Albufeira, exatamente nas mesmas condições que se haviam inscrito para Entre-os-Rios. Embora tenham desistido 8 pessoas (2 das quais por motivo de doença), foi possível realizar esta viagem, angariando utentes de Leiria, Lisboa e Setúbal, acabando por se formar um grupo com 26 pessoas, que usufruíram deste Programa entre os dias 4 e 9 de Dezembro.

914/1764

➢ **CARTA DE ARTESÃO**

Realizou-se no passado dia 14 de Outubro a Sessão de Esclarecimento sobre a Carta de Artesão e a Unidade Produtiva Artesanal, com o objetivo de esclarecer os artesãos do Município de Loures sobre as vantagens em adquirirem o Estatuto de Artesão.

A Atividade Artesanal tem atualmente uma expressão muito forte, não só no Município de Loures, como a nível Nacional, o que torna cada vez mais imprescindível o reconhecimento do estatuto de artesão, que é atribuído através da "Carta de Artesão".
Desta forma, o mesmo torna-se detentor de um título profissional e fica registado na área que melhor domina (pode ser ela tapeçaria, olaria, cestaria, tecelagem, etc.), conferindo-lhe visibilidade e valorização junto da sociedade.

As temáticas da sessão foram ministradas pelo PPART – Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais, entidade responsável pelo Estatuto:

- "Fiscalidade e Segurança Social: algumas informações práticas" Fernando Tomás (IEFP/PPART - Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais);

- "O Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal: processo de obtenção das respetivas; cartas" Fernando Gaspar (IEFP/PPART - Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais);

- Foi referida a importância de todos se inscreverem, com a sua atividade, nas finanças e segurança social, ficando assim legalizados e protegidos contra qualquer fiscalização.

Os artesãos demonstraram o seu receio em abrirem a atividade, pela questão do pagamento de mais impostos. O PPART sugeriu que devem consultar as finanças para

avaliarem cada caso, mas que a inscrição como "Empresário em Nome Individual" é um processo simples, que não alberga praticamente nenhum custo.

O Dr. Fernando Gaspar mencionou que cada artesão deve-se dedicar apenas a uma ou duas atividades artesanais, porque o que se vem observando é que as pessoas ao quererem produzir trabalhos de atividades totalmente diferenciadas não se especializam em nenhuma, traduzindo-se em trabalhos fracos e sem técnica.
Inscreveram-se para a sessão 36 participantes, mas compareceram apenas 25.

- **VENDA DE NATAL**

Com o objetivo de promover o artesanato concelhio, 33 artesãos disponibilizaram a quem nos visitou peças únicas e originais, onde se conjugaram diferentes materiais e experiências, tendo como resultado uma grande variedade de artigos que se transformaram em fabulosos presentes de natal.
As artes decorativas, o patchwork, a cestaria, o calçado artesanal, a bijuteria, o barro figurativo, a pintura entre muitas outras artes e ofícios, encheram a sala polivalente do Pavilhão de Macau de arte e sabedoria produzida por quem se dedica a criar peças diferentes e únicas.

Quem nos visitou aproveitou para conhecer os trabalhos dos nossos artesãos e adquirir alguns presentes.

Na Venda de Natal participam exclusivamente artesãos do Concelho de Loures. Foi possível incluir todos os artesãos que realizaram a sua inscrição dentro do prazo limite. As vendas realizadas totalizaram cerca de 1.732,40€ (em 2010 totalizaram 1320,00€).

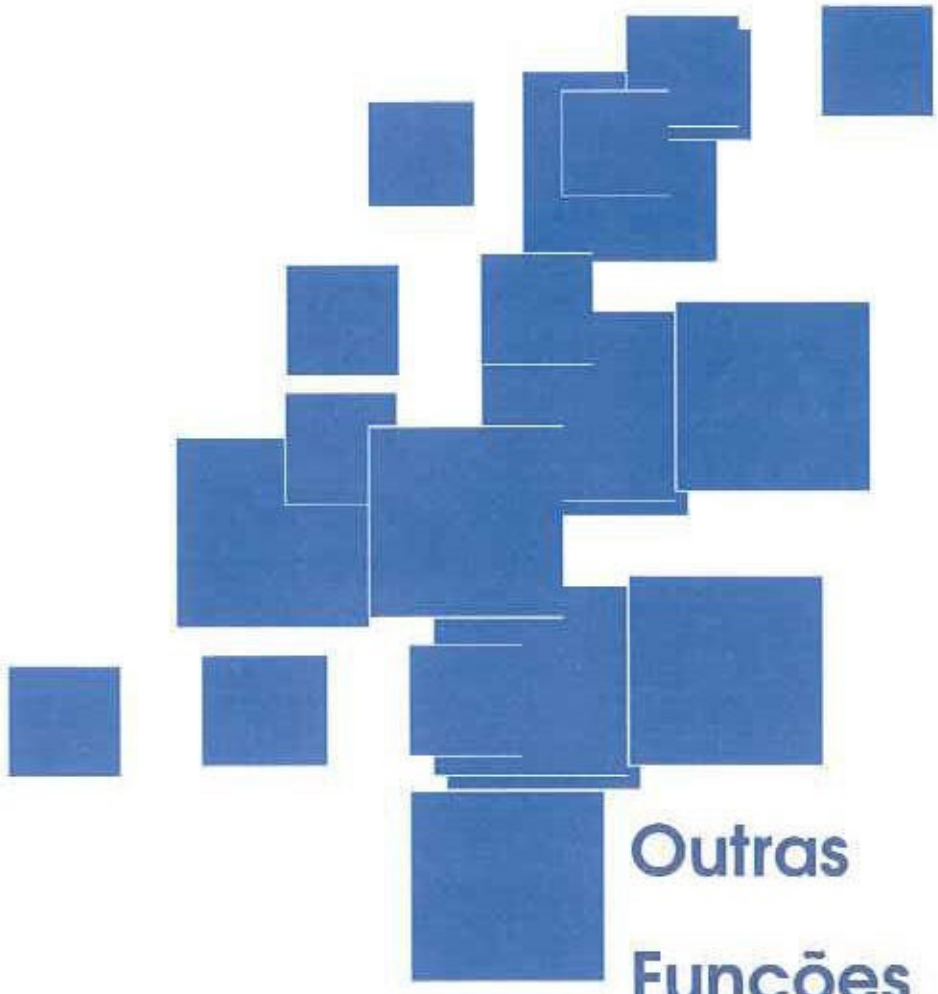
- **FEIRA DE ARTESANATO DE NATAL**

O certame teve lugar de 12 a 23 de Dezembro de 2011, na Praça da Fonte – Loja adjacente à Zara – no LoureShopping.

Este certame, que contou com exposição de 36 artesãos do Município de Loures, e permitiu conjugar diferentes materiais e experiências, teve como resultado uma grande variedade de artigos que se transformaram em fabulosos presentes de Natal.

As artes decorativas, o patchwork, a cestaria, o calçado artesanal, a bijuteria, o barro figurativo, entre muitas outras artes e ofícios deram vida a este certame.
O nível de vendas foi muito positivo, dos artesãos que foi possível apurar.

9157764



Outras Funções

9961764

4. OUTRAS FUNÇÕES

PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA

➢ LIMPEZA DE ESPAÇOS VERDES

A Divisão de Espaços Verdes, Florestação e Desenvolvimento Rural (DEVFDR), desenvolve as seguintes atividades:

- Participar no planeamento da estrutura verde do Município e acompanhar a sua execução;
- Gerir os parques urbanos, nomeadamente, quanto à sua manutenção e promover ações para melhorar a sua fruição pelas populações;
- Acompanhar e avaliar a execução do Protocolo de Descentralização com as Juntas de Freguesias, no âmbito dos espaços verdes;
- Assegurar a manutenção de espaços verdes integrados em equipamentos coletivos sob gestão municipal;
- Assegurar a elaboração e monitorização do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios e do plano de ordenamento cinegético;
- Promover ou realizar a florestação de áreas sob risco de erosão ou onde decorreu abandono agrícola ou com aptidão e disponibilidade para a floresta;
- Fornecer o apoio logístico aos investidores em floresta e para a obtenção de financiamentos de natureza pública ou no quadro de programas públicos;
- Fomentar a preservação e desenvolvimento sustentado das atividades agrícolas com relevância económica e social no Concelho, articulando-se com o serviço municipal responsável pelas atividades económicas e com as associações do setor.

No sentido de dar cumprimento às respetivas competências a Divisão de Espaços Verdes, Florestação e Desenvolvimento Rural (DEVFDR) encontra-se estruturada em quatro setores de atividade:

✓ **Setor de Manutenção de Espaços Verdes (SMEV):**

- Assegurar a manutenção e conservação dos espaços verdes Municipais, nomeadamente aqueles sob gestão direta da Autarquia;
- Assegurar a manutenção e conservação do mobiliário urbano e equipamentos de carácter informativo ou lúdicos existentes nos espaços verdes Municipais;
- Assegurar a manutenção e conservação dos Viveiros Municipais;
- Promover a conservação e proteção dos monumentos existentes nos jardins e praças públicas;

- Promover a arborização, substituição e corte do arvoredo da via pública e Espaços Verdes Municipais;
- Promover o combate às pragas e doenças vegetais nos espaços verdes sob a sua administração;
- Assegurar a manutenção e conservação dos equipamentos a seu cargo e controlar a sua utilização;
- Manter em condições de operacionalidade todo o material e equipamento adstrito à Divisão;
- Executar as tarefas que no âmbito das suas atribuições lhes sejam superiormente solicitadas.

✓ **Setor de Gestão de Espaços Verdes (SGEV):**

- Administração, gestão e dinamização dos Espaços Verdes e Parques Municipais;
- Elaboração Protocolo de descentralização da manutenção dos espaços verdes nas Juntas de Freguesia;
- Coordenação da manutenção dos espaços verdes e parques municipais (CM Loures - SMAS);
- Reserva de espaços para a realização de eventos e parques municipais;
- Construção e atualização do cadastro dos espaços verdes e parques municipais;
- Executar as tarefas que no âmbito das suas atribuições lhes sejam superiormente solicitadas.

✓ **Gabinete Técnico Florestal (GTF):**

- Elaboração e atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI;
- Elaboração do Plano Operacional Municipal - POM;
- Apoio à Comissão Municipal de Defesa da Floresta;
- Acompanhamento dos programas de ação previstos no PMDFCI;
- Promoção do cumprimento do Decreto-lei 124/2006 que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Promoção da Informação, educação e sensibilização para as temáticas florestais e de DFCI;
- Acompanhamento das políticas de fomento florestal;

- Acompanhamento e prestação de Informação no âmbito dos instrumentos de apoio à floresta;
- Promoção de políticas e de ações no âmbito do controlo e erradicação de agentes bióticos e defesa contra agentes abióticos;
- Centralizar a informação relativa a Incêndios Florestais;
- Gestão de um Sistema de Informação Geográfica de DFCI.

✓ **Setor de Desenvolvimento Rural (SDR):**

- Propor candidaturas a Programas Comunitários de Financiamento/Projetos de Desenvolvimento;
- Assegurar a organização do processo de candidatura e dos respetivos documentos de suporte;
- Promoção e implementação de estratégias e iniciativas locais de desenvolvimento rural;
- Capturar parcerias e patrocínios;
- Promoção da valorização, da competitividade e da sustentabilidade dos Territórios Rurais;
- Promoção, recuperação e conservação do património rural no âmbito de uma estratégia de valorização e atratividade dos territórios rurais.

Durante o ano de 2011 a Divisão de Espaços Verdes, Florestação e Desenvolvimento Rural, acolheu diversos alunos em estágios curriculares e profissionais nas diversas áreas de intervenção da divisão, conforme elencado no quadro

Quadro – Estágios curriculares realizados na DEVFDR no ano de 2011

Estágios Curriculares	
Estágios Curriculares	• Acompanhamento de estágio curricular do aluno Rui Barros, do curso de Recursos Naturais da Ambiagro; • Acompanhamento de estágio curricular da aluna Alcmena Espírito Santo, do curso de Recursos Naturais da Ambiagro; • Acompanhamento de estágio curricular da aluna Isamara Lopes, do curso técnico-profissional de Jardinagem da Escola EB23 João Villaret; • Acompanhamento de estágio curricular da aluna Eunice Tavares, do curso técnico-profissional de Jardinagem da Escola EB23 João Villaret; • Acompanhamento de estágio curricular do aluno Tiago Moreira, do curso

Estágios Curriculares	
	técnico-profissional de Jardinagem da Escola EB23 João Villaret; • Acompanhamento de estágio curricular do aluno Bruno Balão, do curso técnico-profissional de Jardinagem da Escola EB23 João Villaret; • Acompanhamento de estágio curricular do aluno Acácio Severino, do curso de recursos Naturais da Escola Agrícola da Paiã; • Acompanhamento de estágio curricular da aluna Marina Almeida, do curso de recursos Naturais da Escola Agrícola da Paiã.
Estágios Profissionais	• Acompanhamento de estágio profissional da licenciada em Engenharia Florestal pelo Instituto Superior de Agronomia – Universidade Técnica de Lisboa, Marta Salgado.

Anexo III

Certificação Legal de Contas

Relatório de Auditoria Anual

9191764

UHY & Associados, SROC, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Campo Grande, 28 – 8º C
1700-093 LISBOA

Tel:. 217 613 330
Fax.: 217 613 339
Email: geral.lisboa@uhy-portugal.pt
Web: www.uhy-portugal.pt

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LOURES

1. De acordo com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso Parecer sobre os documentos de Prestação de Contas do Município de Loures do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, as quais compreendem o Balanço, Demonstrações de Resultados e Mapas de Execução Orçamental e os respectivos anexos.

2. Com base nos trabalhos efectuados elaborámos a Certificação Legal das Contas do Município de Loures.

3. Com suporte no parágrafo 12 da Certificação Legal das Contas, somos de Parecer que aprovem os Documentos de Prestação de Contas do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2011.

Lisboa, 29 de Março de 2012

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

António Tavares da Costa Oliveira (ROC nº 656)

FORUM OF FIRMS
PME líder

A member of UHY, an international association of independent accounting and consulting firms
Sede: Caminho do Olival, 38 - 9020-103 Funchal
NIPC nº 504829603
Capital Social: 102.300 Euros

Registada na C.M.V.M. com o nº 8762
Inscrita na L.R.O.C. sob o nº 164
C.R.C. Funchal nº 504829603

920/1764

UHY & Associados, SROC, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Campo Grande, 28 – 8º C
1700-093 LISBOA

Tel:. 217 613 330
Fax.: 217 613 339
Email: geral.lisboa@uhy-portugal.pt
Web: www.uhy-portugal.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **MUNICIPIO DE LOURES**, as quais compreendem o Balanço em 31de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de Balanço de 1.386.049.949,39 euros e um total de Fundos Próprios de 1.194.636.374,95 Euros, incluindo um Resultado Líquido positivo de 9.673.393,49 Euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 105.109.264,55 Euros de despesa paga e um total de 103.021.209,10 Euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo Camarário a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do **MUNICIPIO DE LOURES**, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto ás limitações descritas nos parágrafos nºs 7 a 11 seguintes, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

FORUM OF FIRMS

PME líder

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo Camarário, utilizadas na sua preparação;

- a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efectuadas;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. O património do Município, apesar de se encontrar numa fase avançada de inventariação, tem sofrido diversas actualizações referentes a aquisições de anos anteriores, não é expectável que este processo termine a curto prazo, sendo que à data deveriam ser regularizados cerca de 2,3 milhões de euros referentes a iluminação pública do contrato de concessão com a EDP, deveriam ser apurados e anulados os bens em duplicado com os SMAS e deveriam ser apurados e desreconhecidos os bens afectos ao domínio público, que pela celebração de protocolos de delegação de competências passaram a ser administrados pelas Juntas de Freguesia. Face às condicionantes apresentadas não nos é possível validar as rubricas de imobilizado e validar a respectiva titularidade do imobilizado corpóreo.

8. Não nos foi possível validar a rubrica de subsídios ao investimento e a sua imputação em resultados do ano.

922/1764

9. Não nos foi facultado acesso à totalidade dos títulos (acções) das empresas participadas pelo Município, o que impossibilita a análise da titularidade das participações financeiras.

10. Conforme divulgado no Anexo às Demonstrações Financeiras, encontra-se actualmente provisionado o encargo de 30,6 milhões de euros relativos à prestação de serviços no âmbito da gestão urbana na área do Concelho de Loures da Zona de Intervenção da EXPO'98 – Parque das Nações, assegurada pela Parque Expo 98, SA, até Julho de 2008 e posteriormente transferida para a Parque Expo Gestão Urbana do Parque das Nações, SA, a partir de agosto de 2008, embora a responsabilidade seja da Câmara Municipal de Loures. Após circularização de saldos a esta empresa no semestre, foi-nos transmitido que os encargos a assumir pela CM Loures serão de 54,2 milhões de euros, onde se incluem 25,4 milhões de euros relativos a obras de infra-estruturas que a CM Loures não aceita como custos da sua responsabilidade. Dado não termos obtido resposta à nossa circularização de final do ano e ao facto deste assunto ainda estar em discussão entre as duas entidades, não podemos validar a suficiência do montante provisionado.

11. Dado que não é obrigatório pela legislação em vigor, a cobertura por seguro dos bens das entidades públicas do perímetro de consolidação e não tendo sido obtida resposta à nossa circularização à Seguradora, não nos é possível aferir que os equipamentos e património do Município estejam devidamente cobertos.

OPINIÃO

12. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos nºs 7 a 11 anteriores, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **MUNICIPIO DE LOURES** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa á despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

923 | 2764

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

13. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

14. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, queremos salientar as seguintes situações:

14.1 As dívidas a Instituições de crédito foram consideradas na sua globalidade em Empréstimos de Médio e Longo Prazo, não tendo sido relevado o montante da dívida a vencer em 2011, conforme indicação que o Município obteve da DGAL.

14.2 O critério de reconhecimento do Imposto Municipal sobre Imóveis, foi alterado em 2011, sendo agora reconhecido em função do direito à cobrança, apurado com base num estudo económico e com dados remetidos pela Autoridade Tributária e Aduaneira, sendo que o impacto desta medida foi de sensivelmente 26,1 milhões de euros nos fundos próprios.

Lisboa, 29 de Março de 2012

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por:

António Tavares da Costa Oliveira (ROC nº 656)

924/1764

UHY & Associados, SROC, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO ANUAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2011

CONTAS INDIVIDUAIS SEM AGREGAÇÃO DO SMAS

(RELATÓRIO PRELIMINAR SOBRE CONTAS NÃO APROVADAS)

29 DE MARÇO DE 2012

925/1764

ÍNDICE

	Páginas
1. Âmbito	3
2. Principais conclusões e recomendações	2
3. Endividamento	7
4. Contabilidade Patrimonial	9 a 44
4.1 Bens de Domínio Público	
4.2 Imobilizações Corpóreas	
4.3 Investimentos Financeiros	
4.4 Existências	
4.5 Administração Autárquica	
4.6 Clientes, Utentes e Outros Devedores	
4.7 Estado e Outros Entes Públicos	
4.8 Disponibilidades	
4.9 Acréscimos de proveitos	
4.10 Fundos Próprios	
4.11 Provisões para riscos e encargos	
4.12 Empréstimos de médio / longo prazo	
4.13 Fornecedores de médio / longo prazo	
4.14 Fornecedores curto prazo	
4.15 Credores pela execução do orçamento	
4.16 Outros credores	
4.17 Acréscimos e Diferimentos Passivos	
4.18 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	
4.19 Fornecimentos e serviços externos	
4.20 Custos com pessoal	
4.21 Transferências de correntes e de capital e sub. correntes concedidos e prestações	
4.22 Amortizações do exercício	
4.23 Outros custos operacionais	
4.24 Custos e perdas financeiros	
4.25 Custos e perdas extraordinários	
4.26 Vendas e prestações de serviços	
4.26 Impostos e taxas	
4.27 Transferências e subsídios obtidos	
4.28 Proveitos e ganhos financeiros	
4.29 Proveitos extraordinários	
5. Mapas de execução orçamental	45
6. Análise económica e financeira	48
7. Nota Final	50

1. ÂMBITO

O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, nomeadamente pela Directriz de Revisão e Auditoria 873 (DRA 873), planeado de acordo com aquele objectivo, sendo que com base no art.º 48 da Lei das Finanças Locais, compete ao revisor:

- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que *considere reveladores de graves dificuldades na prossecução* do plano plurianual de investimentos;
- Proceder à verificação dos valores patrimoniais, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Remeter semestralmente ao órgão deliberativo informação sobre a respectiva situação económica e financeira; e
- Emitir parecer sobre as contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal.

926/1764

2. PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Endividamento

O trabalho efectuado nesta área está sujeito às seguintes limitações:

- As dívidas incobráveis apresentam um montante superior a 11 milhões, sendo que parte significativa das mesmas poderá já estar prescrita, estando este saldo em análise pelos serviços.

- Conforme divulgado no Anexo às Demonstrações Financeiras, encontra-se actualmente provisionado o encargo de 30,6 milhões de euros relativo à prestação de serviços urbanos que têm sido assegurados pela Parque Expo 98, SA. Após circularização de saldos a esta empresa no semestre, foi-nos transmitido que os encargos a assumir pela CM Loures serão de 54,2 milhões de euros, onde se incluem 25,4 milhões de euros relativos a obras de infra-estruturas que a CM Loures não aceita como custos da sua responsabilidade. Atendendo à sua natureza, deveria o encargo aceite pela CM Loures e provisionado, ser reclassificado na conta 273- Acréscimos de custos e assim relevar para o endividamento do Município. O restante valor, deverá ser divulgado no anexo às demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras

- O património do Município apesar de se encontrar numa fase avançada de inventariação, tem sofrido diversas actualizações referentes a aquisições de anos anteriores, sendo expectável que este processo não termine a curto prazo.

- Pela amostra realizada na análise dos saldos iniciais de imobilizado, verificámos que à excepção dos bens em duplicado, ou seja os registados na Câmara e também no SMAS que estão a ser alvo de regularização, os restantes encontravam-se devidamente suportados, embora o critério de valorização das cedências seja efectuado com base na tabela de taxas do Município, conforme definido no regulamento e não pelo justo valor ou valor patrimonial.

- Apesar de solicitado não nos foram facultados para a nossa amostra, certidões da conservatória do registo predial actualizadas para os bens seleccionados, pelo que não podemos aferir a titularidade dos bens do activo imobilizado.

- Foram detectadas várias diferenças no cálculo das amortizações, que à data ainda se encontram em análise pelos serviços.

- O Município deveria desreconhecer do seu activo os bens afectos ao domínio público e que pela celebração de protocolos de delegação de competências passaram a ser administrados pelas Juntas de Freguesia. Dado não existir nos protocolos uma clara identificação dos bens, não nos é possível quantificar o valor do activo imobilizado do Município a desreconhecer.

- Encontra-se registado como activo imobilizado do Município cerca de 2,3 milhões de euros referentes à iluminação pública, porém este valor carece de regularização dado que o contrato de concessão com a EDP não prevê que os aumentos da rede sejam pertença do Município, apenas estipula regras para a sua comparticipação.

- Não nos foi possível validar a rubrica de subsídios ao investimento e a sua imputação em resultados do ano dado que, o mapa de suporte à contabilização dos mesmos não afere o histórico. Esta situação está a ser colmatada em 2012, com a introdução dos subsídios na aplicação informática que realizará a sua imputação directa aos bens.

- Não nos foi facultado acesso totalidade dos títulos (acções) das empresas participadas pelo Município, o que impossibilita a análise da titularidade das participações financeiras.

927/1764

- ***Outras notas***

No exercício de 2011, foram corrigidas diversas situações apontadas nos relatórios anteriores, nomeadamente:

- Estimativa de acréscimo de proveitos com operações urbanísticas (DGU);
- Estimativa do IMI, sendo agora apurado com base no direito ao recebimento;
- Apuramento da estimativa de férias que é realizada em 2011 tendo por base os dias efectivos de cada funcionário a gozar em 2012;
- Provisão para empresas participadas;
- Amortizações dos bens concessionados à SIMTEJO e respectiva renda;
- Estimativa de acréscimo de proveitos do serviço de apoio à família;
- Apuramento com base na informação da consultoria jurídica da provisão para encargos judiciais.

Durante o segundo semestre, todas as situações detectadas no 1º semestre foram devidamente corrigidas, pelo que no final do ano não existem anomalias a apontar no registo orçamental, com a excepção da limitação ao controlo das transferências e subsídios atribuídos terceiros, cuja componente de capital não nos foi possível validar.

3. Endividamento

De acordo com a Lei das Finanças Locais, existem três conceitos de endividamento, o endividamento bancário curto e médio/longo prazo e o endividamento líquido, cujos limites são calculados de forma distinta.

Para melhor apreciação do endividamento do Município, apresentamos os cálculos afectos ao seu apuramento e os efeitos dos ajustamentos quantificados na nossa auditoria, bem como o efeito das provisões.

Fórmula de apuramento do endividamento líquido:

1 DISPONIBILIDADES	3.192.322,50		
11 Caixa	10.203,69		
12 Depósitos em instituições financeiras	3.182.118,81		
2 TERCEIROS	57.426.716,58	127.408.549,29	
21 Clientes, contribuintes e utentes	19.649.669,01	0,00	
22 Fornecedores	0,00	29.432.223,72	
23 Empréstimos obtidos		44.569.095,56	
2312 Do médio e longo prazo		44.569.095,56	
24 Estado e outros entes públicos	1.311.835,96	449.436,40	
25 Devedores credores pela exec.orçamento	0,00	0,00	
26 Outros devedores e credores	5.090.540,57	7.525.558,72	
27 Acréscimos e diferimentos	31.374.850,44	45.432.234,79	
271 Acréscimos de proveitos	31.334.444,60		
272 Custos diferidos	40.405,84		
273 Acréscimos de custos		6.113.248,82	
274 Proveitos diferidos		39.319.985,97	
2741 a 2744 (...)		2.055.024,15	
2745 Subsídios para investimentos*		36.684.766,70	Excluído do apuramento do endividamento líquido
2748 Diferenças de câmbio favoráveis			
2749 Outros proveitos diferidos*		579.195,12	Excluído do apuramento do endividamento líquido
28 Empréstimos concedidos			
4 IMOBILIZAÇÕES	12.177.633,18		
41 Investimentos financeiros	12.177.633,18		
411 Partes de capital	12.177.633,18		
TOTAL	72.796.672,66	127.408.549,29	
TOTAL P/CÁLCULO DO END. LÍQUIDO	72.796.672,66	90.144.587,47	
Empréstimos excluídos		-23.248.791,85	
Total	72.796.672,66	66.895.795,62	
Total de endividamento da CM Loures	0,00		
Contribuição para o endividamento de outras entidades			
AIDigital - Associação Intermunicipal de Lisboa	-350,82		
AMEGA - Associação de Municípios para o Estudo e Gestão da Água	-50,93		
AMAGAS - Associação de Municípios para o Gás	10.360,72		
AMRPCS - Associação de Municípios Rede Portuguesa Cidades Saudáveis	-10.714,18		
AML - Área Metropolitana de Lisboa	-240.322,47		
Loureparque - Empresa Municipal de estacionamento, EM	0,00		
Gesloures - Gestão de Equipamentos Sociais, EM	711.497,55		
SMAS - Serviços Municipalizados de Loures	-18.064.506,45		
Subtotal	-17.633.868,02		As entidades têm activos financeiros superiores aos passivos financeiros, pelo que a sua contribuição para o endividamento é nula.
TOTAL DE ENDIVIDAMENTO A REPORTAR À DGAL	0,00		

Pela informação constante nas demonstrações financeiras do Sector Empresarial Local, incluindo o SMAS, a contribuição destas entidades para o endividamento líquido é nula, dado que os passivos financeiros das entidades são em média inferiores aos activos financeiros.

De acordo com os dados fornecidos pelo Município a situação do endividamento face aos limites estabelecidos, pode ser resumida no seguinte quadro:

	Limite	Valor	Situação face aos limites	
			Excesso	Margem
Endividamento Curto Prazo	6.939.584	0,00		6.939.584,41
Endividamento Médio Longo Prazo	32.257.056	23.247.791		10.935.752
Endividamento Líquido	11.744.688	0,00		11.744.688

O cálculo do endividamento líquido reportado à DGAL (Direcção Geral das Autarquias Locais), foi por nós validado, no entanto importa referir que o mesmo está influenciado pelas seguintes situações:

Situação	Efeito previsto	Obs
O valor reportado pelos SMAS não considera que o valor a receber de clientes deveria ser ajustado por aplicação da Lei n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro, onde consta que o direito ao recebimento prescreve ao fim de seis meses após a sua prestação do serviço. Para efeitos de cálculo é considerado o valor das dívidas com mais de seis meses deduzido do valor da conta corrente da CM Loures (3,4 Milhões).	Aumento do endividamento em cerca de 16,9 milhões de euros., no entanto dado que a contribuição para o SEL dos SMAS seria sempre negativa o impacto não é relevante.	Curto prazo, já deveria ter sido anulado o efeito nas contas do SMAS.
A dívida registada em cobranças duvidosas inclui saldos com antiguidade significativa, sendo de especial relevo a referente a rendas de habitação social. Pela análise que os serviços desenvolvem e pela prescrição que poderá existir, poderá no futuro existir uma regularização destes saldos.	Aumento do endividamento em 11,6 Milhões de euros	Curto prazo, depende da análise dos serviços.
A provisão para outros riscos e encargos contém a responsabilidade imputada à CM Loures pela Parque Expo 98, SA referente À prestação de serviços urbanos que têm sido assegurados por esta empresa, no entanto não foi provisionado o restante montante referente essencialmente à construção de infra-estruturas, pelo facto de ter existido comunicação à empresa que o Município não aceitava esses encargos. Dada a natureza deste encargo e considerando que os serviços foram efectivamente prestados, deveria a responsabilidade ser reconhecida na 228 ou 273 e contribuir para o endividamento líquido.	Aumento do endividamento em 30,6 milhões de euros. (o valor reconhecido pela Parque Expo a receber do Município era no semestre de 54,1 milhões de euros, no entanto no final do ano não obtivemos resposta à nossa circularização).	Médio prazo, depende do acordo a realizar com a Parque Expo. Poderá este montante sofrer diminuições significativas.
Processos em contencioso, onde se destaca o processo da Gabimóvel, estimado num valor superior a 30 milhões de euros.	Aumento do endividamento em 32,7 milhões de euros	Médio / Longo prazo, depende da resolução em Tribunal.

Dado que o ajustamento por nós verificado reflecte situações de anos anteriores, não realizámos uma apreciação sobre a evolução do endividamento.

4. CONTABILIDADE PATRIMONIAL

O Município, para efeitos de prestação de contas, preparou demonstrações financeiras que incluem mapas patrimoniais.

Nos próximos pontos apresenta-se o trabalho efectuado e as respectivas conclusões, em cada uma das áreas, desagregadas por rubricas de balanço e da demonstração de resultados.

BALANÇO

No mapa seguinte apresentamos o balanço a 31 de Dezembro de 2011, expresso em euros, com comparativos a 31 de Dezembro de 2010:

12

BALANÇO

ENTIDADE C. M. LOURES - CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO

MOEDA EUR

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS 2011 AB	2011 A/P	2011 AL	2010 AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	985.700.886,04		985.700.886,04	833.605.154,76
452	Edifícios	3.708.908,98	375.833,76	3.333.075,22	3.311.342,66
453	Outras construções e infra-estruturas	60.697.186,29	12.019.820,58	48.677.365,71	48.334.757,21
455	Bens do património histórico,artístico e cultural	7.842.764,56	1.254.476,93	6.588.087,63	6.685.054,62
459	Outros bens de domínio público			0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	2.518.050,66		2.518.050,66	917.206,30
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público			0,00	0,00
		1.060.447.796,53	13.650.331,27	1.046.817.465,26	892.853.515,57
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação			0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento			0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	194.235,91		194.235,91	194.235,91
443	Imobilizações em curso			0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas			0,00	0,00
		194.235,91	0,00	194.235,91	194.235,91
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	79.406.916,12		79.406.916,12	78.235.738,26
422	Edifícios e outras construções	201.179.466,57	30.014.113,61	171.165.352,96	166.627.262,23
423	Equipamento básico	9.209.466,48	6.849.026,32	2.360.440,16	2.489.017,04
424	Equipamento de transporte	6.905.384,72	5.745.310,81	1.160.073,91	1.354.659,70
425	Ferramentas e utensílios	223.467,09	178.931,42	44.556,47	38.159,16
426	Equipamento administrativo	9.230.939,40	8.537.990,66	692.948,74	847.362,12
427	Taras e vasilhame			0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	32.040.530,51	30.932.929,49	1.107.601,02	6.175.556,06
442	Imobilizações em curso	4.048.201,07		4.048.201,07	10.849.905,92
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas			0,00	0,00
		342.244.392,76	82.258.302,31	259.986.090,45	266.617.652,49
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	12.177.638,18	876.347,84	11.301.285,34	11.285.171,90
412	Obrigações e títulos de participação			0,00	0,00
414	Investimentos em imóveis	40.059.780,98	21.768.880,58	18.290.900,40	21.999.162,30
415	Outras aplicações financeiras			0,00	0,00
441	Imobilizações em curso			0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros			0,00	0,00
		52.237.419,16	22.645.228,42	29.592.185,74	33.284.334,20
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	139.992,76		139.992,76	164.948,24
35	Produtos e trabalhos em curso			0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios			0,00	0,00
32	Mercadorias			0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras			0,00	0,00
		139.992,76	0,00	139.992,76	164.948,24
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos: (a)				
264	Administração autárquica	1.884.264,53		1.884.264,53	2.484.921,15
		1.884.264,53	0,00	1.884.264,53	2.484.921,15
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos			0,00	0,00
211	Clientes c/c	733.741,24		733.741,24	721.068,83
212	Contribuintes c/c	619.255,95		619.255,95	527.180,58
213	Utentes c/c	6.711.677,53		6.711.677,53	3.159.063,59
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	11.585.014,89	11.299.060,21	285.954,68	274.347,85
251	Devedores pela execução do orçamento			0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores			0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	1.311.635,96		1.311.635,96	1.151.328,46
264	Administração autárquica			0,00	298.762,04
262+263+267+268	Outros devedores	3.206.276,04		3.206.276,04	2.784.805,74
		24.167.601,61	11.299.060,21	12.868.541,40	8.916.556,61
	Títulos negociáveis:				
151	Ações			0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação			0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública			0,00	0,00
159	Outros títulos			0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria			0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	3.182.119,81		3.182.119,81	4.014.650,29
11	Caixa	10.203,09		10.203,09	69.455,32
		3.192.322,90	0,00	3.192.322,90	4.084.105,61
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	31.334.444,60		31.334.444,60	7.957.773,50
272	Custos diferidos	40.405,84		40.405,84	27.088,37
		31.374.850,44	0,00	31.374.850,44	7.984.861,87
	Total de amortizações.....		117.677.514,16		
	Total de provisões.....		13.175.408,05		
	Total do ativo.....	1.515.902.871,60	129.852.972,21	1.386.049.949,39	1.216.585.131,65

BALANÇO

ENTIDADE C. M. LOURES - CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

PERIODO JANEIRO A DEZEMBRO

MOEDA EUR

CODIGO DAS CONTAS	FUNDO PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS 2011	2010
	Fundos próprios:		
51	Património	485.809.045,38	350.737.605,03
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	5.865.922,82	5.250.155,15
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	13.086.378,07	12.947.261,46
577	Reservas decorrentes de transferências de ativos	69.589.010,56	69.589.010,56
578	Cedências		
59	Resultados transitados	610.612.624,63	602.902.473,92
88	Resultado líquido em exercício	9.673.393,49	12.315.353,30
		1.194.636.374,95	1.053.741.859,47
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	64.005.026,15	27.783.671,39
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	44.569.095,66	45.634.005,54
224+2252	Fornecedores c/c de Médio e Longo Prazo	3.725.216,23	7.384.191,46
26142	Fornecedores Imobilizado de Médio e Longo Prazo	825.749,05	1.717.739,09
		113.125.086,09	82.519.607,48
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221+2251	Fornecedores c/c	18.856.389,92	9.895.434,92
228 + 2618	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	7.625.042,48	13.521.948,91
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611+2613+26141	Fornecedores de Imobilizado c/c	3.957.590,18	5.163.846,03
24	Estado e outros entes públicos	449.436,40	530.622,40
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	1.070.013,38	693.768,21
		31.958.472,36	29.805.620,47
222+2612+26.2+26.8.6.1+26.8.6.4	Garantias e Cauções	897.781,20	790.634,88
		897.781,20	790.634,88
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	6.113.248,82	6.272.178,41
274	Proveitos diferidos	39.318.985,97	43.455.230,99
		45.432.234,79	49.727.409,40
		191.413.574,44	162.843.272,93
	Total dos fundos próprios e do passivo.....	1.386.049.949,39	1.216.585.131,65

ORGÃO EXECUTIVO
Em ___ de _____ de

ORGÃO DELIBERATIVO
Em ___ de _____ de

930/1764

4.1 BENS DOMÍNIO PÚBLICO, IMOBILIZADO CORPÓREO E INCORPÓREO

ACTIVO BRUTO

As variações ocorridas no activo bruto são explicadas pelo quadro seguinte, incluído no anexo às contas:

Conta	Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Baixas	Loteamentos	Transf. Abertura do Balanço Inicial	Transf's.	Abates	Saldo Final
45	DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO									
45.1	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	833.628.154,74			114.316,41	57.992.130,59	134.949.399,95	435.346,51	- 263,81	485.700.034,04
45.2	EDIFÍCIOS	3.631.937,05					76.976,95			3.708.914,00
45.3	OBRAS CONSERVAÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	67.348.670,62	28.020,71			782.607,43	385.480,17	1.955.337,36		69.699.116,29
45.5	BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	7.842.764,56								7.842.764,56
45.9	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	-								-
44.6	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	917.206,30	7.953,21					1.592.891,15		2.518.050,66
44.8	ADIANTAMENTOS P. CONTA DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO									
		913.345.495,29	35.973,92		114.316,41	58.079.144,42	134.911.853,07	3.983.575,02	- 263,81	1.060.467.796,39
43	DE IMOBILITAÇÕES INCORPÓREAS									
43.1	DESPESAS DE INSTALAÇÃO									
43.2	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO									
43.3	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	194.255,91								194.255,91
44.3	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO									
44.9	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOB. INCORPÓREAS									
		194.255,91								194.255,91
42	DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
42.1	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	78.235.739,74	99.093,67	63.145,22		837.196,49	306.526,98	39.171,26	- 67.455,16	79.406.916,12
42.2	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	193.693.134,38	190.891,38	124.236,17		86.370,80	57.988,10	7.974.893,08		201.779.466,57
42.3	EQUIPAMENTO BÁSICO	8.933.672,19	862.207,90					-24.963,80	- 481.454,08	9.289.466,41
42.4	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	5.728.492,64	167.087,72					63.843,94	- 31.839,56	5.903.384,74
42.5	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	200.121,17	9.949,00				3.660,32	14.756,21		228.487,89
42.6	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	8.861.553,53	923.456,47			400,00		194.924,27	- 29.634,87	9.230.939,40
42.7	TAREFAS E VASILHAME									
42.9	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	31.934.620,97	123.338,48				324,50	-17.251,71	- 102,33	32.040.930,91
44.2	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	10.849.905,92	4.039.194,97					-12.840.901,80		4.048.201,09
44.8	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOB. CORPÓREAS									
		339.438.200,70	5.209.214,64	448.481,56		933.033,29	369.099,90	-5.595.718,31	- 611.085,80	343.344.389,76

Com base no trabalho desenvolvido e pela amostragem realizada durante o ano de 2011, verificámos que os registos no activo imobilizado do Município foram devidamente sustentados documentalmente, porém é necessário ter em conta os seguintes pontos:

- O critério de valorização dos bens de domínio público, no âmbito de operações de loteamento é efectuado com base nos valores previstos no regulamento de taxas, porém de acordo com o CIBE e POCAL quando não existe valor de custo ou de produção, o bem deve ser valorizado pelo Valor Patrimonial Tributário ou Justo Valor, pelo que somos da opinião que os bens devem ser avaliados individualmente pelos critérios previstos na legislação em vigor.

- Deve ser elaborada uma relação dos bens que estão sujeitos ao protocolo de delegação de competências com as freguesias, para que os mesmos sejam desreconhecidos do activo imobilizado do Município.

- As obras em curso devem ser inventariadas na aplicação informática do Património, pois, assim permitirá com maior facilidade aferir os respectivos valores e identificar a antiguidade.

- Apesar dos bens sujeitos a registo serem a quando da sua inventariação identificados com a respectiva matriz predial, não nos foi permitido obter para a nossa amostragem a certidão dos mesmos, actualizada.

- Os bens afectos à iluminação pública que à data totalizam 2,5 milhões de euros, devem ser amortizados ou desreconhecidos do imobilizado, dado existirem duvidas quanto à sua titularidade pelo Município.

- Durante o ano de 2011, foram registados diversos bens de anos anteriores, devendo esta actualização do património do Município, continuar ainda nos próximos anos.

AMORTIZAÇÕES

No que respeita às amortizações, as mesmas podem ser explicadas pelo quadro seguinte, incluído no anexo às contas:

Conta	Rubrica	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
	DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO				
45.5.1	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
45.5.2	EDIFÍCIOS	320.589,37	55.244,57		375.833,94
45.5.3	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRAESTRUTURAS	9.013.613,41	3.006.964,93	-757,74	12.019.820,60
45.5.5	BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	1.157.709,94	96.966,99		1.254.676,93
45.5.9	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO				
		10.491.912,72	3.159.176,49	-757,74	13.650.331,47
	DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
45.3.1	DESPESAS DE INSTALAÇÃO				
45.3.2	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO				
45.3.3	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS				
	DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
45.2.1	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
45.2.2	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	27.057.592,15	2.956.807,56	-20.385,90	30.014.113,81
45.2.3	EQUIPAMENTO BÁSICO	6.464.655,07	418.308,00	-33.936,77	6.849.026,32
45.2.4	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	6.371.652,94	425.517,57	-51.859,70	6.745.310,81
45.2.5	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	165.963,77	14.967,47	-0,02	178.931,42
45.2.6	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	7.994.221,41	571.874,93	-22.105,66	8.537.990,66
45.2.7	TARAS E VASILHAME				
45.2.9	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	25.759.052,91	6.301.518,61	-508.055,05	30.992.927,47
		74.813.638,47	7.300.194,74	-443.621,10	82.268.302,31

Com base no teste ao mapa de amortizações, verificámos que existem algumas inconformidades no mapa de amortizações, tendo os principais erros detectados sido regularizados pelos serviços, porém dado que ainda persistem alguns erros, como os bens com valor líquido negativo, não podemos validar as amortizações acumuladas e do exercício.

4.2 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

	Final 31-12-2010	Final 31-12-2011	Variação - Final Valor	Variação - Final %
Partes de capital	12.177.633	12.177.633	-	0,0%
Obrigações e Títulos de Participação	-	-	-	-
Investimentos em Imóveis	40.059.826	40.059.781	(45)	0,0%
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-
	52.237.459	52.237.414	(45)	0,0%
Imobilizações em curso	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de investimentos	-	-	-	-
Amortizações acumuladas - Invest. Imóveis	(18.060.664)	(21.768.880)	3.708.216	-17,0%
Provisões para Investimentos financeiros	(892.461)	(876.348)	16.113	-1,8%
	(18.953.125)	(22.645.228)	(3.692.103)	-16,4%
	33.284.334	**29.512.186**	**(3.692.148)**	12,6%

A variação ocorrida na rubrica de investimentos em imóveis deve-se ao registo da amortização dos bens, que é diferente à do ano transacto, por terem sido regularizadas amortizações e respectiva vida útil, atribuída a quando da passagem dos bens dos SMAS para a Câmara de Loures.

Conforme divulgado em anexo, as Partes de Capital estão registadas pelo método do custo histórico, sendo no final do ano avaliada a necessidade de reforço ou reversão das provisões em função das variações ocorridas no capital próprio das empresas participadas.

Quando o capital próprio da entidade participada é negativo, é criada uma provisão para outros riscos e encargos, em função da percentagem de participação.

Designação	Sede Social	Âmbito	Resultado do Exercício		Capitais Próprios	Taxa Participação	Custo da participação (41.1)	Valor a provisionar
			Montante	Ano				
Gesloures, Gestão de Equipamentos Sociais, EM	R. António Caetano Bernardo, Piscina Municipal, 2670-404 LOURES	Municipal	-111.092,09	Dez-11	2.729.573,89	100,00%	3.561.993,03	832.379,14
LouresParque, Empresa Municipal de Estacionamento, EM	Av. Dr. António Carvalho Figueiredo, 28-A, 2670-405 LOURES	Municipal	52.992,86	Dez-11	754.154,91	100,00%	798.076,64	43.921,73
MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA	Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, Lugar de Quintanilho, 2660-421 S. JULIÃO DO TOJAL	Intermunicipal	330.953,29	Dez-11	41.880.148,53	0,74%	222.568,97	0,00
SimTejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA	Av. Defensores de Chaves, nº 45, 3º, 1000-112 LISBOA	Intermunicipal	7.735.259,06	Dez-11	62.278.353,74	11,50%	4.450.500,00	0,00
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da AML (Norte), SA	Plataforma Ribeirinha da CP, Estação de Mercadorias Bobadela, Apartado 2103, 2696-801 S. JOÃO TALHA	Intermunicipal	9.480.993,14	Dez-11	56.012.431,59	11,51%	3.144.534,54	0,00
						TOTAL	12.177.633,18	876.300,87
						CONTABILIDADE	12.177.633,18	876.347,84
						DIFERENÇA	0,00	46,97

À data ainda não recebemos o relatório de informação financeira do Revisor Oficial de Contas de cada empresa municipal, nomeadamente a Louresparque e a Gesloures. Salienta-se que a informação a remeter, será elaborada de acordo com a Directriz de Revisão Auditoria nº 872, onde se prevê:

Informação Semestral
13. A alínea e) do art.º 28.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, estipula que compete ao revisor:
"Remeter semestralmente ao órgão executivo do Município, da associação de Municípios ou da região administrativa, consoante o caso, informação sobre a situação económica e financeira da empresa"
14. O objectivo da disposição referida no parágrafo anterior é dotar os órgãos competentes de informação sobre a situação económica e financeira intercalar. Neste contexto, o trabalho a realizar pelo revisor inclui a elaboração de relatório com o relato do trabalho inerente ao acompanhamento da actividade da entidade e informações factuais da actividade exercida por esta.
15. A informação sobre a situação económica e financeira poderá ser suportada com base nomeadamente nos seguintes procedimentos:
- análise de cumprimento das disposições legais e estatutárias;
- análise de rácios;
- revisão sumárias das principais rubricas que compõem a informação económica e financeira;
- comparação dos valores orçamentados com os valores executados;
- análise e teste de elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no semestre;
- análise e teste de elementos relevantes de activos e passivos; e
- análise de investimentos e desinvestimentos.
Estes procedimentos não são exaustivos mas apenas ilustrativos da natureza das tarefas que podem consubstanciar esta informação.
16. Outra situação é a que consubstancia uma emissão de um parecer sobre contas semestrais elaboradas por uma entidade que tenha especialmente solicitado a emissão de parecer sobre as referidas contas .

Pela informação prestada pelos serviços, as acções que titulam as participações de capital, não se encontram na sua totalidade em cofre-forte ou à guarda de uma entidade bancária.

No que concerne ao valor dos investimentos em imóveis, estes referem-se aos bens afectos ao contrato de concessão com a SIMTEJO, que eram originários dos SMAS e já se encontravam em uso por essa entidade.

9321/1764

N.º Inventário	Descrição	Tx Amortização	Valor de aquisição
161226	ESG. MOSCAVIDE, PORTELA, ZONA ALTA SACAVEM-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)	6,25%	268.482,96
161227	EMISSARIO DE LOURES BEIROLAS TROÇO EM 1/EM 9-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)	6,25%	120.973,45
161228	ESTAÇAO ELEVATORIA DE SACAVEM-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)	6,66%	550.762,66
161230	CONDUTA ELEVATORIA DE SACAVEM-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)	6,25%	808.516,48
161231	INTERCEPTOR CAMARATE E SACAVEM CX XIII E III (35061)-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)	6,25%	95.819,08
161232	INTERCEPTOR APELAÇAO,CATUJAL E SACAVEM XCX IXI E IV (35062)-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)	6,25%	233.392,52
161233	INTERCEPTOR APELAÇAO, CATUJAL, CAMARTAE E SACAVEM CX IVI E DTI (35060)-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)	6,25%	459.552,48
161234	INTERCEPTOR DE BUCELAS-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)	6,25%	58.538,92
161235	EMISSARIO CHAMBOEIRA BUCELAS-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)	6,25%	220.498,60
161237	INT. DO SISTEMA DE FRIELAS NO EIXO DE BUCELAS,TROÇO 0-5 E INTERCEPTOR-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)	5,00%	1.123.437,52
161238	INTERCEPTOR DO RIO DA COSTA LOURES TROÇO 13-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)	4,00%	913.802,74
161239	EMISSARIO LOURES L-RED. ESGOT.A-DOS-CALVOS PAI JOANES-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)	6,25%	26.456,24
161240	EMISSARIO DE LOURES A-DOS-CALVOS BARRO-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)	6,25%	40.133,28
161241	ESG.D.I. BOBADELA, SÃO JOÃO DA TALHA - INTERCEPTOR NORTE 1.ª FASE-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)	6,25%	505.741,16
161242	ESG.D.I. BOBADELA, SÃO JOÃO DA TALHA - INTERCEPTOR NORTE 2.ª FASE-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)	6,25%	547.485,56
161243	ESG.D.I. BOBADELA, SÃO JOÃO DA TALHA - INTERCEPTOR TROÇO SUL-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)	6,25%	408.964,40
161244	ETAR DE FRIELAS-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)	5,00%	28.174.703,96
161247	ETAR DE SÃO JOÃO DA TALHA-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)	5,00%	4.720.683,15
161229	TERRENO DA ESTAÇAO ELEVATORIA DE SACAVEM-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)		24.939,89
161236	TERRENO DA ETAR DE BUCELAS-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)		84.396,60
161245	TERRENO DA ETAR DE FRIELAS-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)		4.075,18
161246	TERRENO DA ETAR DE FRIELAS-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)		196.850,59
161248	TERRENO DA ETAR DE SÃO JOÃO DA TALHA-SIMTEJO (4.º TRIMESTRE DE 2006)		471.618,40
	TOTAIS		40.059.825,82

Conforme já referido, no corrente exercício foram corrigidas as amortizações acumuladas dos bens, para respeitar o previsto no CIBE.

4.3 EXISTÊNCIAS

	FINAL	FINAL	Variação - FINAL	
	31-12-2010	31-12-2011	Valor	%
MATERIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	164.948	139.993	(24.955)	-15,1%
PROVISÕES PARA DEPRECIAÇÃO DE EXISTENCIAS				
	164.948	**139.993**	(24.955)	-15,1%

No início de 2012, assistimos às contagens de final de exercício, tendo validado os procedimentos efectuados.

4.4 SALDO SMAS

Dada a importância dos saldos entre o SMAS e a CM Loures, analisamos separadamente nesta rubrica os saldos entre as duas entidades.

Conta SMAS	Activo	Passivo	Líquido
Curto Prazo	2.581.895,60	3.418.445,13	-836.549,53
Longo Prazo	1.884.264,53		1.884.264,53
Total	**4.466.160,13**	**3.418.445,13**	**1.047.715,00**

Desagregando os saldos pelo prazo e pela tipologia, temos os seguintes valores:

CONTAS DEVEDORAS DE CURTO PRAZO		
Conta	**Descrição**	**Valor**
21.1.2	Clientes, C/C	602.672,97
21.3.2	Utentes c/c	256.956,09
26.8.5	Outros devedores	1.039.550,41
27.1.1	Juros a receber	6.024,57
27.1.9.9	Outros acréscimos de proveitos - Outros	676.691,56
Total de valores devedores a curto prazo		**2.581.895,60**
Valor Reconhecido pelo SMAS		**2.428.736,67**
Diferença conciliada		**153.158,93**

CONTAS CREDORAS DE CURTO PRAZO		
22.1	Fornecedores - C/C	1.287.973,43
22.8.1	Forn.Correntes - R/Conf	2.109.391,00
26.1.1	Forn.Imobilizado - C/C	4.307,55
26.1.8	Forn.Imobilizado - R/Conf	741,21
26.8.6.3	Out.Cred.Diversos	2.462,22
27.3.4	Acréscimos Custos - Agua	13.569,72
Total de valores credores a curto prazo		**3.418.445,13**
Valor Reconhecido pelo SMAS		**3.374,541,38**
Diferença conciliada		**43.903,75**

CONTAS DEVEDORAS DE MÉDIO LONGO PRAZO		
26.4.3.1.2	Empréstimos - Médio Longo Prazo	1.884.264,53
Valor Reconhecido pelo SMAS		1.884.264,53
Diferença		**0,00**

Conforme se pode verificar, apesar de conciliados, existem saldos que apresentam diferenças e que devem ser analisados entre as duas entidades para resolução efectiva.

Salienta-se também que o Município, tem diversos montantes inscritos na rubrica 228 - Facturas em recepção e conferência devido a divergências com os SMAS, no reconhecimento dos montantes a creditar em virtude da alteração dos cálculos das áreas verdes. Recomendamos, que esta análise seja elaborada no curto prazo, dado que os montantes em causa são significativos e influenciam a execução orçamental das duas entidades.

4.5 CLIENTES, CONTRIBUINTES, UTENTES E OUTROS DEVEDORES

	31-12-2010	31-12-2011	Valor	%
CLIENTES C/C	721.068	733.741	12.673	1,8%
CONTRIBUINTES C/C	527.181	619.256	92.075	17,5%
UTENTES C/C	3.159.064	6.711.678	3.552.614	112,5%
CLIENTES CONTRIBUINTESE UTENTES COBRANÇA DUVIDOSA	10.162.375	11.585.015	1.148.293	11,0%
OUTROS DEVEDORES	2.784.806	3.206.276	421.470	15,1%
PROV. PARA COBRANÇAS DUVIDOSAS	(9.888.027)	(11.299.060)	(1.136.686)	11,2%
	7.466.466	**11.556.906**	4.090.440	54,8%

No decorrer do nosso trabalho de auditoria, foi realizada uma amostragem às entidades devedoras e enviado um pedido de confirmação de saldos, porém à excepção dos SMAS não obtivemos respostas.

Clientes c/c, contribuintes c/c e utentes c/c.

Apresenta-se no quadro seguinte a decomposição dos principais terceiros incluídos, nas rubricas clientes, utentes e contribuintes.

Unid €

Código Conta	Descrição	2011	2010
21.1	**Clientes c/c**	**733.741,34**	**721.068,35**
21.1.2	Clientes c/c individual	733.741,24	721.068,35
	SAMS	602.672,97	572.950,65
	Outros	131.068,27	148.117,70
21.2	**Contribuintes c/c**	**619.255,95**	**527.180,58**
21.2.1	Impostos Directos		
21.2.2	Impostos Indirectos	117.340,00	117.340,00
21.2.3	Taxas	501.915,95	409.840,58
21.3	**Utentes c/c**	**6.711.677,53**	**3.159.063,59**
21.3.1	Utentes c/c Agregada	665.123,62	134.031,80
21.3.2	Utentes c/c Individual	6.046.553,91	3.025.031,79
	Habitação Social	2.636.686,93	2.474.872,03
	SAMS	256.956,09	229.534,82
	Acção Social	658.570,85	
	Simtejo	2.155.727,67	
	Outros	338.612,37	320.624,94
21.8	**Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa**	**11.585.014,89**	**10.162.374,54**
21.8.1	Cobranças em Atraso	6.957.563,51	5.535.351,71
21.8.2	Cobranças em Litigio	4.627.451,38	4.627.022,83

A rubrica de clientes de cobrança duvidosa é composta pelos seguintes saldos:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Habitação social	4.643.979,23	3.814.512,12
Processos de contra-ordenações	1.624.663,29	1.719.204,78
Documentos de receita virtual	1.634,81	1.634,81
Cobrança em litígio - Gabimóvel	4.554.674,95	4.554.674,95
Serviço de apoio à família	687.286,18	
Cobranças em litígio	72.776,43	72.347,88
TOTAL	**11.585.014,89**	**10.162.374,54**

O valor de cobrança duvidosa relativo à habitação social, inclui dívida com antiguidade significativa, pelo que deverão ser efectuadas diligências urgentes para aferição da capacidade de cobrança desta dívida e desreconhecimento dos montantes não recuperáveis.

934/1764

No mapa seguinte, detalha-se por ano, os processos de contra-ordenação:

Ano	Cobrança Duvidosa Valor	Provisão Valor
(sem data)	18.128,90	18.128,90
1994	1.502,57	1.502,57
1995	1.733,21	1.733,21
1996	1.004,88	1.004,88
1997	11.439,54	11.439,54
1998	3.075,36	3.075,36
1999	22.630,02	22.630,02
2000	75.756,22	75.756,22
2001	29.683,44	29.683,44
2002	122.188,99	122.188,99
2003	193.963,93	193.963,93
2004	19.390,78	19.390,78
2005	4.033,50	4.033,50
2006	148.955,10	148.955,10
2007	220.209,37	220.209,37
2008	135.147,40	135.147,40
2009	159.336,70	159.336,70
2010	381.744,18	381.744,18
2011	74.739,20	37.369,60
Total Geral	**1.624.663,29**	**1.587.293,69**

4.6 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	Activo	Passivo
IVA a recuperar	181.188	
IVA reembolsos pedidos	1.130.448	
Retenção de Impostos sobre rendimento		203.887
Contribuições para os sistemas de segurança social		245.263
Outros impostos		287
Total	**1.311.636**	**449.436**

- ***IVA***

Conforme recomendado em relatórios anteriores, os serviços já efectuaram o pedido de reembolso de IVA deduzido em anos anteriores.

Retenção de Imposto s/ Rendimento

Verificámos que o saldo desta rubrica está de acordo com a declaração entregue e que a mesma foi liquidada dentro do prazo. Pelo teste ao pessoal, verificámos que o apuramento do imposto retido está de acordo com os montantes processados.

Contribuições para sistemas de Seg. Social

Esta rubrica compreende o valor pago em Janeiro, referente ao mês de Dezembro dos montantes retidos no processamento de salários para as seguintes entidades:

Entidade	Saldos
ADSE	28.676
CGA	161.106
Inst. Gestão Financeira da Seg. Social	55.481
Total	**245.263**

Estes valores foram devidamente inscritos nas declarações, que foram entregues e liquidadas dentro do prazo. Incluem as declarações também o valor dos encargos da entidade patronal, que a 31 de Dezembro de 2011 se encontravam reflectidas na conta de Outros Credores.

4.7 DISPONIBILIDADES

	FINAL	FINAL	Variação - FINAL	
	31-12-2010	31-12-2011	Valor	%
DEPÓSITOS À ORDEM	4.014.650	3.182.120	(832.530)	-20,7%
DEPÓSITOS A PRAZO				
OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS				
	4.014.650	3.182.120	(832.530)	-20,7%
CAIXA	69.455	10.203	(59.252)	-85,3%
	69.455	10.203	(59.252)	-85,3%
	4.084.106	**3.192.323**	(891.783)	-21,8%

Para validação da rubrica de depósitos à ordem, verificámos as conciliações bancárias, com o respectivo extracto do banco, tendo solicitado confirmação directa às instituições financeiras.

Apresenta-se no seguinte quadro, o resumo das conciliações bancárias:

12.1.0.1	Millenium, BCP	0033/00080032363	395.977,78 €	37.360,04 €	2.314,86 €	- €	44.469,14 €	405.251,74 €	405.451,74 €	- €	
12.1.0.2	Millenium, BCP	0033/11838350305	17.254,39 €	- €	- €	- €	- €	17.254,39 €	17.254,39 €	- €	
12.1.1.0	Totta/Banco Ac	0043/40001009008	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
12.1.2.0	BCS - Banco Português Santo	0036/00021210003	146.763,55 €	391,67 €	38.627,00 €	- €	363.721,03 €	548.841,00 €	548.841,00 €	- €	
12.1.4.0	BPI - Banco Português de Investimento	0010/00688870101	177.981,57 €	523.210,09 €	482.288,13 €	- €	- €	131.998,04 €	131.998,04 €	- €	
12.1.5.0	BPN - Banco Português de Negocios	0079/00885934010001	45.951,05 €	- €	3.377,50 €	- €	- €	49.328,55 €	49.328,55 €	- €	
12.1.6.0	BTA - Banco Totta & Acores	0018/07531399001	91.785,83 €	- €	- €	- €	- €	367.585,83 €	367.585,83 €	- €	
12.1.7.1	CCA - Caixa Crédito Agrícola	0045/40011660722	39.420,31 €	- €	- €	- €	- €	39.420,31 €	39.420,31 €	- €	
12.1.7.2	CCA - Caixa Crédito Agrícola	0045/40017108587	39.679,44 €	- €	- €	- €	- €	39.679,44 €	39.679,44 €	- €	
12.1.7.3	CCA - Caixa Crédito Agrícola	0045/40017209108	26.730,00 €	- €	26.371,15 €	- €	- €	53.101,20 €	53.101,20 €	- €	
12.1.7.4	CCA - Caixa Crédito Agrícola	0045/40017209203	33.375,28 €	- €	- €	- €	- €	33.375,28 €	33.375,28 €	- €	
12.1.7.5	CCA - Caixa Crédito Agrícola	0045/40017209335	19.444,28 €	- €	- €	- €	- €	19.444,28 €	19.444,28 €	- €	
12.1.8.1	CGD - Caixa Geral de Depósitos	0035/00000012832	1.767.011,43 €	150,00 €	288.693,95 €	86.679,88 €	330.733,73 €	3.272.634,23 €	3.272.634,23 €	- €	
12.1.8.2	CGD - Caixa Geral de Depósitos	0035/00021294330	16.572,79 €	- €	- €	- €	- €	16.572,79 €	16.572,79 €	- €	
12.1.8.3	CGD - Caixa Geral de Depósitos	0035/00034420630	69.433,23 €	- €	- €	327,00 €	18.503,85 €	87.010,08 €	87.010,08 €	- €	
12.1.8.4	CGD - Caixa Geral de Depósitos	0035/00035124/230	37.687,04 €	3.672,50 €	14.439,60 €	0,40 €	3.299,27 €	51.297,11 €	51.297,11 €	- €	
12.1.9.0	BPP - Banco Popular Portugués	0046/17485700009	37.001,88 €	- €	- €	- €	10.579,64 €	47.581,12 €	47.581,12 €	- €	
			3.591.319,81 €	594.749,57 €	866.035,79 €	87.007,28 €	755.417,05 €	4.079.216,40 €	4.079.216,40 €	- €	

Apesar das notas anteriores, verificámos que os custos com juros foram devidamente acrescidos à prestação de contas de 2011.

No final do ano foi efectuada a contagem de caixa aos serviços centrais, que representa cerca de 95% do saldo da rubrica.

Caixa Central	9.738,09
Outras	465,00
Total	10.203,09

4.8 ACRÉSCIMO E DIFERIMENTOS ACTIVOS

	FINAL	FINAL	Variação - FINAL	
	31-12-2010	31-12-2011	Valor	%
ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	7.957.774	31.334.445	23.376.671	293,8%
CUSTOS DIFERIDOS	27.088	40.406	13.317	49,2%
	7.984.862	**31.374.850**	23.389.989	292,9%

O saldo da rubrica de acréscimos de proveitos decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	Valor
Juros a receber	**78.155,28**
Impostos a)	
IUC	253.605,36
IMT	754.949,42
SISA	16.562,10
Derrama	3.838,96
CA	1.122,47
Contribuição Especial	101.020,80
IMI (2010)	291.211,35
IMI (estimativa para 2011)	27.756.202,84
Subtotal	**29.178.513,30**
Transferência obtida - Deleg de competências Ministério da Educação b)	
Estimativa mês de férias e respectivos encargos a transferir 2012	319.036,28
Estimativa subsídio de férias e respectivos encargos a transferir 2012	480.811,40
Subtotal	799.847,68
SIMTEJO - Dividendos	388.416,00
Serviços de Apoio à família d)	102.770,46
SMAS	
Tarifa de águas residuais	618.692,61
Contratos de arrendamento	57.099,47
Combustivel	899,48
Subtotal	**676.691,56**
TOTAL	**31.224.394,28**

a) Impostos

O critério de reconhecimento dos impostos a receber foi alterado em 2011, considerando-se nesta prestação de contas o proveito em função do direito ao recebimento e não em função da sua cobrança pelas autoridades tributárias. Esta alteração resultou, num acréscimo aproximado de 28 milhões de euros e foi baseada no histórico das cobranças.

b) Transferências obtidas

Resulta essencialmente do valor apurado pela especialização dos encargos, com férias e subsídio de férias, dos funcionários afectos ao protocolo de delegação de competências, para os Municípios em matéria de educação.

936/764

c) Dividendos Simtejo

Montante apurado com base em nota emitida pela SIMTEJO.

4.10 FUNDOS PRÓPRIOS

Designação	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Transferência do resultado de 2010	Saldo Final
Património	350.737.605,03	135.071.440,35			485.809.045,38
Reservas legais	5.250.155,15			615.767,67	5.865.922,82
Reserva - Doações	12.947.261,46	139.116,61			13.086.378.07
Reservas decorrentes da transferência de activos	69.589.010,56				69.589.010.56
Reserva - Cedências					
Resultados transitados	602.902.473,92	171.259.164,05	175.248.598,97	11.699.585,63	610.612.624,63
Resultado líquido	12.315.353,30	9.673.393,49		- 12.315.353,30	9.673.393,49
TOTAL	1.053.741.859,42	316.143.114,50	175.248.598,97	-	1.194.636.374,95

- ***Aplicação do Resultado Líquido***

Conforme estipulado no ponto 27.3 do POCAL, foram realizadas reservas legais, correspondentes a 5% do Resultado Líquido de 2010.

- ***Resultados transitados***

O registo em resultados transitados é derivado essencialmente do registo dos bens inventariados em 2011, referentes a anos anteriores. Sendo no final do ano reclassificados (por diminuições), os aumentos de anos anteriores à introdução do POCAL na conta de Património.

- ***Património***

Conforme descrito na nota anterior, os aumentos registados nesta rubrica, devem-se a regularizações ao imobilizado de bens anteriores a 2002, sendo que estes são essencialmente operações de loteamento.

4.11 PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS

A provisão para riscos e encargos é apurada anualmente, o quadro seguinte demonstra as variações que ocorreram face ao período anterior:

Descrição	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final	Observações
Encargos com Parque Expo, SA	27.596.581,49	2.995.951,56		30.592.533,05	A Parque Expo, não respondeu à circularização de saldos de final de ano, porém no semestre indicava uma dívida de 54,2 milhões de euros, que deveria ser considerada em acréscimos de custos.
Encargos Sub. LouresParque	156.737,38	0,00	156.737,38	0,00	
Processos Judiciais	0,00	32.756.145,25		32.756.145,25	Provisão baseada na estimativa dos advogados externos da consultoria jurídica e referente essencialmente à empresa Gabimovel.
Acordo de Transacção - Soenvil	0,00	512.893,17		512.893,17	Deverá ser considerado dívida.
Obrigações Pecuniárias	30.352,52	113.101,16		143.453,68	
Total	**27.783.671,39**	**36.378.091,14**	**156.737,38**	**64.005.025,15**	

4.12 EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO LONGO PRAZO

Estão incluídos nesta rubrica, de acordo com as recomendações da DGAL, todos os empréstimos contraídos que não sejam para fazer face a situações de tesouraria. Porém esta situação contraria a expressão do passivo em função do grau de exigibilidade, deveria estar reflectido como empréstimos a vencer no curto prazo, o montante de amortizações de capital que serão pagas num período não superior a 12 meses.

Verificámos que existem diferenças entre os montantes constantes nas instituições financeiras e o valor contabilizado, esta diferença foi prontamente justificada e deve-se essencialmente a valores que ainda estão pendentes na conciliação bancária, ou seja, foram debitadas pelo banco amortizações de capital e juros na conta corrente.

CARACTERIZAÇÃO DO EMPRÉSTIMO	DATA DA APROVAÇÃO PELA AM	DATA DE CONTRACÇÃO DO EMPRÉSTIMO	PRAZO DO CONTRATO	ANOS DECORRIDOS	VISTO DO T.C.		FINALIDADE DO EMPRÉSTIMO	I/N	CAPITAL		TAXA DE JURO		ENCARGOS REGISTADOS de 01/01/2011 a 31/12/2011			DÍVIDA 1DE JANEIRO 2011	DÍVIDA 31 DE DEZEMBRO 2011
					Nº REG.	DATA			CONTRATADO	UTILIZADO	INICIAL	ACTUAL	AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL		
Curto Prazo																	
Médio e Longo Prazo																	
CGD:																	
0402/0000797/791	09-Set-93	10-Nov-93	25	17	89711	10-Nov-93	Habitação	I	2.631.478,14	2.631.478,14	8,40%	0,720%	160.095,48	11.039,17	171.134,65	1.319.563,04	1.159.867,56
0402/0000802/791	17-Nov-94	21-Nov-95	25	14	48958	29-Ago-95	Habitação	I	437.954,53	437.954,53	2,625%	0,690%	19.416,05	956,23	20.371,28	218.429,06	199.014,01
0402/0000811/691	27-Jul-95	06-Nov-95	25	15	78849	16-Out-95	Habitação	I	834.259,43	834.259,43	2,30%	1,150%	41.251,96	5.025,84	46.277,80	479.012,19	437.760,23
0402/0000814/091	17-Nov-94	26-Out-95	25	15	86235	10-Out-95	Habitação	I	1.384.652,99	1.384.652,99	3,125%	1,050%	59.631,50	4.253,62	63.885,12	615.896,96	556.265,46
0402/0000818/391	27-Jul-95	12-Dez-95	25	15	104316	29-Nov-95	Habitação	I	437.192,37	437.192,37	3,125%	1,120%	19.266,39	2.082,22	21.348,61	202.133,26	182.847,47
0402/0000825/691	27-Jul-95	12-Dez-95	25	15	104317	29-Nov-95	Habitação	I	262.174,16	262.174,16	3,1250%	1,120%	11.553,61	1.248,66	12.802,27	121.266,01	109.652,40
0402/0000829/093	17-Jul-95	12-Dez-95	25	15	104318	29-Nov-95	Habitação	I	777.260,80	728.514,27	3,1250%	1,120%	30.896,36	3.520,03	34.416,39	341.237,96	310.341,60
0402/0000831/093	17-Jul-95	01-Fev-96	25	14	115070	20-Jan-96	Habitação	I	654.097,62	568.248,51	3,125%	0,400%	22.883,21	972,41	23.855,62	252.220,31	229.337,10
0402/0000836/193	17-Jul-95	01-Fev-96	25	14	115071	10-Jan-96	Habitação	I	407.108,87	407.108,87	3,125%	0,400%	18.434,94	746,55	19.181,49	197.178,61	178.743,67
0402/0000839/693	27-Jul-95	01-Fev-96	25	14	115072	10-Jan-96	Habitação	I	351.722,35	264.926,53	3,125%	0,490%	11.583,83	585,30	12.469,13	133.699,05	121.815,22
0402/0000847/791	17-Nov-94	07-Mai-96	25	14	17778	30-Abr-96	Habitação	I	1.415.979,49	1.415.979,49	3,125%	0,490%	64.021,23	3.003,77	67.025,00	655.765,49	522.743,26
0402/0000852/391	27-Jul-95	03-Jun-96	25	14	52195	09-Mai-96	Habitação	I	256.609,57	205.838,93	3,125%	0,510%	8.341,49	426,13	8.768,62	93.994,48	85.592,99
0402/0000867/191	04-Jan-96	01-Set-96	25	14	66887	17-Set-96	Intermédios	I	857.836,11	342.514,54	3,277%	1,150%	24.106,34	116,93	24.223,27	24.106,34	0,00
0402/0000877/991	17-Out-96	30-Set-97	25	13	57440	15-Set-97	Habitação	I	1.117.985,65	1.117.985,65	1,639%	0,450%	47.915,89	2.334,41	50.250,31	588.132,17	540.206,28
0402/0000884/991	29-Out-98	15-Dez-00	20	10	1764	08-Jun-00	Habitação	I	13.970.769,10	15.970.769,20	1,313%	1,120%	630.348,77	105.921,10	736.269,87	10.189.693,06	9.559.344,29
	19-Abr-01	15-Dez-00	20	10	1374	21-Jun-01	Habitação	I	a)								
0402/0000897/991	24-Jun-99	24-Nov-99	20	11	53099	21-Set-99	Habitação	I	593.080,88	593.080,68	1,289%	0,410%	30.596,37	975,11	31.571,49	279.372,67	248.776,30
0402/0000904/991	27-Dez-00	28-Dez-00	25	10	49821	22-Dez-00	Habitação	I	1.458.804,28	1.458.804,28	1,965%	0,690%	59.328,75	5.492,91	64.821,67	928.521,86	869.193,11
9015/002406/091	23-Jul-01	05-Set-01	12	9	33724	30-Ago-01	Inv. Municipais	N	9.975.957,94	9.975.957,94	4,300%	1,760%	1.532.685,55	73.625,53	1.586.311,08	4.517.539,08	3.304.953,53
9015/002971/291	30-Abr-02	10-Jul-02	12	8	1185	19-Jun-02	Inv. Municipais	N	11.000.000,00	10.000.000,00	4,375%	2,760%	1.629.885,12	133.527,99	1.763.413,11	6.690.812,54	5.070.927,42
BPI:																	
6668887880001	30-Abr-02	14-Mai-02	12	8	1187	19-Jun-02	Inv. Munic.-Serv.Munic	N	5.600.000,00	5.600.000,00	4,419%	2,449%	600.656,52	51.916,96	652.573,56	2.484.921,15	1.884.264,53
6668887880005	26-Set-02	17-Out-02	25	8	1382	28-Nov-02	Habitação	I	657.054,53	583.264,80	1,086%	2,481%	23.011,48	2.533,48	25.544,96	482.057,24	459.044,76
6668887880007	10-Fev-06	28-Dez-06	25	3	2308	28-Fev-07	Habitação	I	5.448.719,00	5.448.719,00	1,272%	1,859%	229.761,62	15.874,73	235.636,37	5.229.072,41	5.009.310,79
6668887880006				3			Habitação	N	2.489.770,00	2.422.061,00	5,088%	2,868%	54.125,65	30.165,42	84.291,07	2.422.061,00	2.367.835,35
Santander Totta:																	
80067951101	29-Out-98	22-Jan-99	18	11	70366	31-Dez-98	Inv. Municipais	N	14.963.336,91	14.963.986,91	3,444%	1,176%	535.953,35	3.151,42	539.105,80	595.856,38	0,00
BES b)	25-Nov-08	14-Jan-09	15	2	69	05-Fev-09	Inv. Municipais	I/N	12.500.000,00	11.251.159,38	1,132%	1,764%	0,00	132.446,28	132.446,28	6.500.000,00	11.251.159,38
TOTAL									101.969.039,49	88.696.056,94			5.826.065,55	591.940,25	6.418.005,84	45.614.001,85	44.369.095,66

a) Reforço de 872.685,58 do empréstimo inicial

b) 50% respeitam à DEKA. Este empréstimo está excepcionado em 1.012.099,00€ (limite de endividamento)

4.13 FORNECEDORES DE MÉDIO LONGO PRAZO

	FINAL	FINAL	Variação - FINAL	
	31-12-2010	31-12-2011	Valor	%
Fornecedores c/c com Acordo de Pagamento	7.384.191	3.725.216	(3.658.975)	-49,6%
Fornecedores de Imobilizado com Acordo de Pagamento	1.717.739	825.749	(891.990)	-51,9%
	9.101.931	4.550.965	(4.550.965)	-50,0%

Inclui-se nesta rubrica o valor dos acordos de pagamento celebrados com diversas entidades, sendo o acordo com a SIMTEJO o de maior relevo.

Fornecedor	Banco	Vencido	2012	2013	Total
Construtora San Jose	BPI		105.356,24	105.356,24	210.712,45
Algeco	BPI		157.164,50	157.164,49	314.328,99
Armando Cunha	BPI		195.846,68	195.846,69	391.693,37
Achro	BPI		199.271,19	199.271,20	398.542,39
Ecoclaf	BCP		230.654,98	230.654,98	461.309,96
Cerâmica Vala	BCP		280.729,40	280.729,42	561.458,82
Uniself	BPI		381.689,44	381.689,45	763.378,89
Simtejo	Totta Crédito	250.021,07	3.000.252,84	3.000.252,84	6.250.526,75
Total		**250.021,07**	**4.550.965,27**	**4.550.965,28**	**9.351.951,62**

4.14 FORNECEDORES E OUTROS CREDORES CURTO PRAZO

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Fornecedores c/c	14.947.393,62	6.356.328,14
Fornecedores c/c com acordo de pagamento	3.908.996,30	3.539.106,78
Subtotal	**18.856.389,92**	**9.895.434,92**
Fornecedores de Imobilizado em Recepção e Conferência	786.279,35	1.944.602,29
Fornecedores em Recepção e Conferência	6.838.763,13	11.577.346,62
Subtotal	**7.625.042,48**	**13.521.948,91**
Fornecedores de Imobilizado	2.697.080,57	3.691.302,80
Fornecedores de Imobilizado - Leasing	368.519,57	460.684,73
Fornecedores de Imobilizado com acordo de pagamento	891.990,04	1.011.858,50
Subtotal	**3.957.590,18**	**5.163.846,03**
Outros Credores	**1.070.013,38**	**693.768,21**
Total	**31.509.035,96**	**29.274.998,07**

Para validação das rubricas de credores, foi realizado por amostragem um pedido de confirmação de saldos aos fornecedores do Município.

ENTIDADE	Cod Entidade	211	212	213	218	221	222	223	225	228	241	264	267	268	Total Geral	Observações
TERRAMAR	1015										- 250,82				- 250,82	Confirma
MONTO MARQUES HENRIQUES, LDA,	10162										- 399.525,65				- 399.525,65	
TECDOUTO EDIFICAÇÕES E PLANEAMENTO, LDA,	10210										- 463.432,50				- 463.432,50	
ANTEBONA, PROMOÇÕES E CONSTRUÇÕES	10211										- 943.642,73				- 943.642,73	Confirma
ESTIPLANO, ESTUDOS E PROJECTOS, LDA	10312										- 13.633,00				- 13.633,00	Confirma
CONTACTO	10342										- 647.642,48				- 647.642,48	Confirma
ECOCIAF	107										- 696.538,66			-	- 696.538,66	Confirma
USOF	10355										- 397.469,51				- 397.469,51	
MARIA MANUELA M. PACHECO VIEIRA	10370			-											-	
PROLOGICA	3079			-		-				-	-				-	
NOS AGRADECEVOS	10750					-									-	
RICARDO JORGE MONTEIRO LIMA	10813													-	-	
BOTARCO	1083					-									-	
SANTOS & COSTA LDA	1085										- 159,60				- 159,60	
CLARITA CO AQUEDUTO	10923										- 1.397.547,98				- 1.397.547,98	Confirma
PSR CONSULTORES, LDA	10998										-				-	
VALORSUL	11004					- 10.550,22				- 15.581,15				- 253,99	- 31.386,36	
LABORATÓRIOS PFIZER, LDA	11005					-									-	
JF JOAO FARINHA E FILHOS S.A.	11015										- 238.521,69				- 238.521,69	
CONFORGAZ LDA	1148					- 1.072,50				- 12.687,65	-				- 13.760,15	Confirma
PEDRO & MANTOVANI, SA	1151					- 845,48				-	-				- 845,48	Confirma
COMPANHIA PORTUGUESA DE IMPRESSORAS	11663					- 116,85				-					- 116,85	
FARCIVAR	11663									- 238,29	-			- 917,20	- 1.155,49	
VENCANA	11720					- 1.382,73				-	- 4.936,48				- 6.319,21	Confirma
ASSOCIACAO LUIS PEREIRA DA MOTA	1175			604,53							- 421.474,72			-	- 420.874,25	Confirma
OASE	11764			658.570,85											658.570,85	
CONSTRUÇÕES GABRIEL A.S. COUTO S.A.	11775			-											-	
PERICOFRAGAS, LDA	11814										- 248.995,00				- 248.995,00	Confirma
ASSOCIACAO DESPORTIVA BOMBOTELENSE	1185			54.353,03										-	54.353,03	
GLOBALDATA, LDA	11859										- 1.980,00				- 1.980,00	Confirma
VIAGENS EL CORTE INGLÊS	11912			243,00											243,00	
SARA PEREIRA	11938									-				-	-	
SANDRA CRISTINA BERNARDINO DO COUTO PESTAI	11964										- 255,00				- 255,00	
MARIA ROSA PLACIDO PINTO GRAIS RATO SILVA	12169									-				-	-	
028 ATELIER DE IMPRESSAO LDA,	1162					- 1.407,74				-	- 420,80				- 1.828,54	
MIGUEL & GAVA, LDA	1458					-				-					-	Confirma
ALVES RIBEIRO, S.A.	1456										- 214.681,09				- 214.681,09	Confirma
MEDIATA NET SISTEMAS INFORMAÇÃO PARA AUT	1505					-				- 40.792,21					- 40.792,21	
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE DESPORTOS DE COM	1544			129,26											129,26	
TOTTA CREDITO ESPECIALIZADO, INSTITUIÇÃO FIN	1775													-	-	
CONSTRUTORA SAN JOSE, S.A.	1794										- 2.798.144,57			-	- 2.798.144,57	Conciliado
ERNESTO ALEXANDRE, LDA	185					- 335,64				-					- 335,64	
SAPEC	1850			2.188.727,67		- 9.932.382,63			- 6.250.026,75	- 1.072.702,64				- 381.343,20	- 35.432.317,57	Confirma
E.D.P.	1582			-		-				-	- 160.580,75				- 160.580,75	
MARIA JULIA DIAS GONCALVES FERREIRA BRITO	1598													-	-	
MARIA MANUELA RODRIGUES SIMOES CARREIRA	2003													-	-	
CARLOS ALBERTO PINHO VIEIRINHA	2006													-	-	
REGINA MARIA GOMES CASACA	2043													- 34,91	- 34,91	
GRUPO DE ATLETISMO SUPERESTRADAS	2052													-	-	
ARLOMBE,	214					- 1.174,58				-					- 1.174,58	Confirma
UNISEF	2042			-		- 461.166,05		- 1.209.779,94	- 763.976,99	- 1.305.983,31					- 3.743.007,19	Confirma
FERNANDO L. GASPAR	2098					- 1.352,94		- 2.900,00		-	- 1.453,90				- 5.706,84	
SOVAGUE	24										- 179.688,19				- 179.688,19	
ISEVERENSE FUTEBOL CLUBE OS CURAS	2775			826,41											826,41	
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS	2812					-				-					-	
FUTEBOL CLUBE OS CURAS	2856			2.642,17											2.642,17	
JOAO VICTOR & LIDEIRO, LDA	289					- 4.804,53				-	- 553,23				- 5.357,76	Confirma
INSTITUTO MISSIONÁRIO FILHAS DE SÃO PAULO	2910										- 432,40				- 432,40	
VALADARES & VALADARES LDA,	3174					- 13.016,92				- 452,60					- 13.469,52	

ENTIDADE	Cod Entidade	211	212	213	218	221	222	223	225	228	261	264	267	268	Total Geral	Observações
CONSTROPE	3146										- 814.041,85				- 814.041,85	
GRUPO DESPORTIVO GE S.DOMINGOS	5232										-			-	-	Confirma
XIX	9749			-						- 5.922,68	- 1.039.822,34			- 22.921,55	- 1.068.666,57	Confirma
CERÂMICA VALA, LDA	9268					- 4.005,67				-	- 1.113.522,49			- 47.712,58	- 1.175.238,74	Conciliado
RTP	3156					- 927,97				-					- 927,97	
LSM EFETDJANTONIO MENDES HENRIQUES, LDª	9361										- 20.289,63				- 20.289,63	
COSTA & CARVALHO, SA	3431										- 284.408,05				- 284.408,05	Conciliado
SOCIEDADE COMERCIAL BRAZ & BRAZ, S.A.	3435										- 15.060,22				- 15.060,22	Conciliado
CARLOS & DELGADO	3436										- 701,22				- 701,22	
BANCO BPI S.A.	3534													-	-	
COPI	37					-					- 55.970,10				- 55.970,10	
FERNANDO SANTOS SUCESSORES LDª	3780					-				-					-	
PAPELARIA LOPES, LDA	411					- 4.144,65				- 1.156,75	- 561,20				- 5.861,60	
EXTINTOURES, LDA	420					- 216,48				-					- 216,48	
INFRATEC	433										- 975,75				- 975,75	
ASSOCIAÇAO REFORMADOS PENSIONISTAS ID.ST.A	4301													-	-	
FREGUESIA DE LOURES	4451													-	-	
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE BUCELAS	4596													-	-	Confirma
MANUEL RODRIGUES GOUVEIA, SA	4624									-	- 417.319,22			-	- 417.319,22	Confirma
CONSTRUTORA ABRANTINA, S.A.	4653									-	- 525.000,00			- 40.056,47	- 565.056,47	
EXTINCENDIOS	458					- 843,53				-	- 2.390,26				- 3.233,79	
ARMANDO FERREIRA & FILHOS, LDA	477										- 21.133,99				- 21.133,99	
TRANSAI	4921										- 767.721,92				- 767.721,92	
GIRASSOL EDIÇÕES, LDA	5046										- 304,50				- 304,50	
EVITEC	509					- 229,53				- 43,05					- 272,58	
ISOLFREI	5151										- 16.195,07				- 16.195,07	
MEGAPI	5167					- 6.553,48				- 23,83					- 6.577,31	
AMBIENTE & JARDIM, S.A.	3581					- 238.813,69		- 76.567,50		- 90.967,12					- 406.348,31	Confirma
BANCO SANTANDER TOTTA S A	5784					-				-	- 92.324,45			-	- 92.324,45	
ACORIL	586										- 760.540,82				- 760.540,82	
CLUBE UNIAO RECREATIVO S. JULIAO DO TOJAL	5916													-	-	
A.MACHADO	906					- 242,31				-	-				- 242,31	Confirma
OPTIMUS	6110			-		- 184.636,82		- 22.374,56		- 21.474,26	-				- 228.485,63	
BARRADELERO TRANSPORTES, SA	610					-		- 54.715,67		-					- 54.715,67	
OTIS ELEVADORES, LDA	611					- 386,93				- 513,24					- 1.480,17	
GAMAMÓVEL	6203	17.500,00									- 16.636.552,94				- 16.619.033,94	
CONTIMOBE	6204	17.500,00									- 5.985.574,76				- 5.968.074,76	
AGLIS	64										- 200.046,99				- 200.046,99	
ARMANDO CUNHA	640										- 1.734.493,42				- 1.734.493,42	
VALORSUL	661					-				-					-	
RENDAS DE HABITAÇÃO SOCIAL	6628			2.636.686,93											2.636.686,93	
SISTEMAS DO FUTURO	668					-				-	- 1.210,00				- 1.210,00	Confirma
RODOVIARIA DE LISBOA, S.A.	671					- 322.031,13				- 182.624,71					- 704.711,64	Confirma
SALERO ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA	6761					- 154,65				-					- 154,65	
3PN INOFUNDOS	6867										- 4.436.942,41				- 4.436.942,41	
SECURITAS	69					- 274.720,05		- 97.734,70		- 120.783,29					- 493.238,06	Confirma
ENDA	7050					- 1.317,80				-					- 1.317,80	Confirma
ONITELECOM	7056					- 183.498,25		- 99.706,43		- 11.042,12					- 294.255,81	Confirma
CONSENSO	723					-				-					-	
SANTOS FERREIRA E SILVA LDª	7313										- 679.638,60				- 679.638,60	Confirma
FLUNIPENT	7366					- 337.603,39		- 97.640,07		- 105.711,20	-				- 541.154,66	Confirma
ALGECO	758			-		- 332.504,15		- 20.179,80	- 814.128,99	- 80.615,88	- 530.744,43				- 1.058.390,23	Conciliado (falta custo de 18 mil
MDS	7646					- 22.778,84				-					- 22.778,84	
TIPOGRAFIA CAPITÃO, LDA.	7658					- 1.263,17				-					- 1.263,17	
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O PATRIMÓNIO I	7741					-				- 50,00					- 50,00	
JOAQUIM CASTANHEIRA DA SILVA, LDA	7859										- 51.330,38				- 51.330,38	
CONSTRUÇÕES INOCENCIO E FILHOS, LDA	7989										- 404.468,15				- 404.468,15	
RICOH PORTUGAL, UNIPESSOAL, LDA.	8152			-		- 103.191,89		- 54.423,62		- 221.597,13					- 379.210,64	Confirma
GUEDOL	8246										- 349.982,01				- 349.982,01	Confirma

ENTIDADE	Cod Entidade	211	212	219	218	221	222	223	225	228	261	264	267	268	Total Geral	Observações
GIOTA	6287									- 100,00	- 49,00				- 149,00	Confirma
WH	8318					-				-					-	
INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA DA SEGURANCA	010													- 110.438,60	- 110.438,60	
CAIXA LEASING FACTORING	8419					-				-	- 276.195,12				- 276.195,12	Confirma
IMTT INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSP, TE	8576													-	-	
ACHRO PORTUGAL, S.A.	8595							- 56.891,52	- 305.977,90	-	- 157.556,20			-	- 520.426,02	
SOERVIL	86										- 394.493,32				- 394.493,32	
LISBOAGAS COMERCIALIZAÇAO, S.A.	8624					-				-					-	
SOMEC	865										- 241.587,26				- 241.587,26	
ASSOCIACAO CULTURAL RECREATIVA DA MEALHAD	870			573,34										-	- 573,34	
OBRIVERCA	8743										- 559.836,05				- 559.836,05	
SERVICOS MUNICIPALIZADOS DE LOURES	888	602.672,97		256.955,09		- 1.287.973,43				- 2.109.391,00	- 5.040,75			- 2.462,22	- 2.545.246,35	Conciliado
PAVILAVCIL	895									-	- 55.596,92			-	- 55.596,92	
DOMURBE	8967										- 376.514,53				- 376.514,53	
DVERBRICK	8968										- 10.070.017,26				- 10.070.017,26	Confirma
IMOREQUERENTE	8970										- 927.654,05				- 927.654,05	
JOSÉ ALBERTO PRATAS LOURO	8985									- 959,40				-	- 959,40	
CAIXA GERAL DE APOSENTACOES	900													- 219.457,53	- 219.457,53	Confirma
GRUPO SPORTIVO DE LOURES	901			109.929,58										-	- 109.929,58	
PETROLEOS DE PORTUGAL	912			-		- 2.753,46		- 94.835,35		- 219.193,19					- 316.832,00	
AGRI	9341					-									-	
CONSTRACAS	94										- 24.478,66				- 24.478,66	
ANTÓNIO MENDES HENRIQUES, LDA	946									-	- 83.539,79			- 32.798,80	- 126.338,59	Conciliado
GLOBALTAGUS	9527					-				-	- 2.337,00				- 2.337,00	Conciliado
DOMINGOS HENRIQUES MANUEL	9538													- 7,46	- 7,46	
MARIA LUISA LOUREIRO COSME PIRES	9620													- 7,46	- 7,46	
FUNDAÇÃO CIRCULO DE LEITORES	9688										- 40,00				- 40,00	
SÁ MACHADO & FILHOS, S.A.	9737										- 982.896,27				- 982.896,27	Confirma
IMOCERTUS	9739										- 286.498,33				- 286.498,33	
FUNDO DE INVEST MENTO IMOBILIÁRIO E BPN REA	9843										-				-	
GUILHERME MARIA DA LUZ	9885										- 192.869,01				- 192.869,01	
BARRAQUEIRO TRANSPORTES S.A.	99			-		- 156.325,25		- 96.815,51		- 375.194,27					- 628.335,03	Confirma
STTSI	9963					- 1.155,10				- 7,32					- 1.200,42	

Pela informação remetida pelos serviços, a situação detectada no semestre relativa ao procedimento de contratação da Soenvil - relativa a "Obra n.º 40861 - Melhorias termo higrométricas em edifícios escolares no Prior Velho - Auto n.º1", já se encontra regularizada, tendo o Município chegado a um acordo com o fornecedor em 2012.

No que se refere aos fornecedores em facturas em recepção e conferência, analisámos a antiguidade das facturas que compõem o saldo desta rubrica, tendo verificado que a antiguidade das mesmas é significativa e carece de regularização.

- ***Facturas em recepção e conferência***

Ano	228	2618	Valor
1999	2.709,65		2.709,65
2000	466,70		466,70
2001	4.316,86		4.316,86
2005	9.937,84		9.937,84
2006	52.570,62	22.059,63	74.630,25
2007	9.303,98	3.981,38	13.285,36
2008	871.602,90	9.064,74	880.667,64
2009	689.045,67	3.284,77	692.330,44
2010	885.924,27	43.780,75	929.705,02
2011	4.311.175,73	704.108,08	5.015.283,81
Valor	**6.837.054,22**	**786.279,35**	**7.623.333,57**

Interessa também referir, que parte significativa do saldo das facturas em recepção e conferência é referente aos SMAS, devendo existir diligências urgentes entre as duas entidades municipais para a resolução dos saldos divergentes.

940/1764

FACTURAS EM CONFERÊNCIA SMAS			
Ano	228	2618	Valor
1999	2.709,65		2.709,65
2001	166,32		166,32
2005	6.679,74		6.679,74
2006	50.544,01		50.544,01
2007	1.487,38		1.487,38
2008	864.049,33		864.049,33
2009	514.021,56		514.021,56
2010	391.832,60		391.832,60
2011	277.900,41	741,21	278.641,62
Valor	**2.109.391,00**	**741,21**	**2.110.132,21**

4.17 ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

	FINAL	FINAL	Variação - FINAL	
	31-12-2010	31-12-2011	Valor	%
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	6.272.178	6.113.249	(158.930)	-2,5%
PROVEITOS DIFERIDOS	43.455.231	39.318.986	(4.136.245)	-9,5%
	49.727.409	**45.432.235**	(4.295.175)	-8,6%

A rubrica de acréscimos de custos, foi validada tendo por base procedimentos de revisão analítica dos custos, análise das respostas de terceiros credores e revisão dos acontecimentos subsequentes, sendo o detalhe da mesma explicado no seguinte quadro.

ACRÉSCIMO DE CUSTOS

	FINAL	FINAL	Variação - FINAL	
	31-12-2010	31-12-2011	Valor	%
SEGUROS A LIQUIDAR	180.416	124.768	(55.648)	-30,8%
REMUNERACOES A LIQUIDAR	5.134.203	3.946.519	(1.187.684)	-23,1%
JUROS A LIQUIDAR	346.297	371.883	25.586	7,4%
CONSUMOS DE AGUA	123.618	13.570	(110.049)	-89,0%
CONSUMOS DE ENERGIA	22.435	46.567	24.132	107,6%
COMUNICAÇÕES	47.895	41.830	(6.066)	-12,7%
LIMPEZA VIGILANCIA E SEGURANÇA	67.685	0	(67.685)	-100,0%
OUTROS	349.629	1.568.113	1.218.484	348,5%
	6.272.178	**6.113.249**	(158.930)	-2,5%

Descrição	2010	2011
Rendas recebidas adiantadamente SIMTEJO	6.008,72	2.055.024,15
Sub. Investimento		
JI de Fanhões (eixo 3.8/044)	85.552,57	84.364,34
Ligação Pedonal Sacavém/Moscavide (eixo 1.5/111)	244.710,45	226.447,43
Rede Nacional de Bibliotecas Públicas	2.204,99	0,00
Construção de Pavilhões Desportivos - DREL	3.569.834,71	3.534.166,61
Rede de Bibliotecas Escolares	40.718,25	35.280,75
Requalif.Urb.-Remodelação da Rua Severiano Falcão	214.412,19	200.118,05
Espaço Internet de Camarate	1.072,89	0,00
Reabilitação Palácio Marqueses da Praia	966.781,93	954.268,69
Arquivo Municipal	724.815,69	715.463,23
Jardim de Infância n.º3 Stª Iria de Azoia	6.716,40	5.971,02
Req.da Av.ºEstado d/Índia e envolv.(EN10) e Prç.da	2.466.732,21	2.428.879,55
Reab/Renov. Prç.Central d/Apelação, Lrg.25 d/Abril	42.525,56	39.867,70
Via T5 - Unhos - Sacavém	435.499,66	411.959,14
Troços 18 e 19 - Via de Cintura	408.406,40	382.881,00
SMAS (SIMTEJO)	22.238.522,47	15.784.350,55
ESPAÇO INTERNET DA BOBADELA	344,76	0,00
De Pequenino se Clica o Destino - PRODEP III	3.966,80	0,00
IHRU	5.312.501,02	5.244.392,02
Const.e Apetrech.da EB1/JI Qta das Mós - PROLISBOA	665.246,71	823.988,60
Const.Apetrech. EB1/JI Qta Conventinho - PROLISBOA	673.687,64	826.086,31
Subst.da Escola Básica João Villaret - Loures	3.333.431,56	3.292.414,82
Remod.Ampl. EB1 n.º3/JI Fanqueiro - Loures	574.923,93	715.679,68
Alarg. Rede Pré-Escolar - EB1 n.º2 S.João da Talha	0,00	28.871,43
Alarg. Rede Pré-Escolar - EB1 Prior Velho	235.200,00	234.198,80
Alarg. Rede Pré-Escolar - EB1/JI Fonte Santa	189.119,97	186.727,47
Programa Sapadores Florestais	55.200,00	55.200,00
INTERREG III C - QMARE	8.975,40	6.165,12
Alarg. Rede Pré-Escolar - EB1 n.º1 StºAntão Tojal	45.846,50	44.986,88
Orquestras Sinfónicas Juvenis	26.171,89	32.801,89
INH	393.703,72	388.235,62
Famílias	0,00	1.000,00
Outros proveitos diferidos - CMLISBOA Expropriações	482.396,00	579.195,12
TOTAL	**43.455.230,99**	**39.318.985,97**

A nosso pedido e para validação desta rubrica, os serviços estão a proceder a um levantamento dos montantes recebidos por cada investimento e do momento em que se iniciou a sua utilização. À data e enquanto o estudo não estiver completo, não podemos validar o saldo desta rubrica. Salienta-se porém que o saldo das rendas recebidas da SIMTEJO, foi corrigida em função da vida útil dos bens afectos ao contrato de concessão.

941/764

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

No mapa seguinte apresentamos a demonstração de resultados a 31 de Dezembro de 2011, expresso em euros, com comparativos de 31 de Dezembro de 2010:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS — ANO 2011

ENTIDADE C. M. LOURES - CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES — JANEIRO - DEZEMBRO

CÓDIGO DAS CONTAS		Exercício 2011		Exercício 2010	
	Custos e perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	602.556,80	602.556,80	817.106,48	817.106,48
	Matérias		30.177.009,76		31.756.100,37
62	Fornecimentos e serviços externos:				
	Custos com o pessoal:	30.655.822,24		33.451.207,54	
641+642	Remunerações	5.806.099,86	36.461.922,10	6.408.719,41	39.859.926,95
643 a 648	Encargos sociais		14.571.999,27		15.233.991,93
63	Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais		8.805.178,84		8.745.105,51
66	Amortizações do exercício		5.756.615,49		8.504.936,31
67	Provisões do exercício		323.517,35		522.355,38
65	Outros custos operacionais		96.698.704,81		105.438.822,93
	(A)		4.037.433,62		3.903.119,79
68	Custos e perdas financeiras		100.736.228,23		109.341.942,72
	(C)		8.660.286,35		7.813.640,03
69	Custos e perdas extraordinários		109.396.514,58		117.155.582,75
	(E)		9.673.393,49		12.315.353,30
88	Resultado líquido do exercício		119.069.908,07		129.470.936,05
	(X)				
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias	2.754,98		8.739,10	
7112+7113	Venda de produtos	81.535,95		230.468,20	
712	Prestações de serviços	3.531.770,22	3.616.061,15	2.631.281,09	2.870.488,39
72	Impostos e taxas		64.911.084,82		78.721.599,02
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade		144.055,84		92.930,80
73	Proveitos suplementares		171.067,65		165.044,10
74	Transferências e subsídios obtidos		33.179.488,02		34.266.011,98
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		7.022.673,25		3.880.334,81
	(B)		109.044.430,73		119.996.409,10
78	Proveitos e ganhos financeiros		4.195.642,46		3.910.944,86
	(D)		113.240.073,19		123.907.353,96
79	Proveitos extraordinários		5.829.834,88		5.563.582,09
	(F)		119.069.908,07		129.470.936,05
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		12.345.636,12		14.557.586,17
	Resultados financeiros: (D - B) - (C - A)		158.208,84		7.825,07
	Resultados Correntes: (D - C)		12.503.844,96		14.565.411,24
	resultados Líquido do Exercício: (F - E)		9.673.393,49		12.315.353,30

ORGÃO EXECUTIVO
Em ___ de _____ de
_____

ORGÃO DELIBERATIVO
Em ___ de _____ de
_____

4.18 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS (CMVMC)

De acordo com o mapa apresentado no anexo às contas, o apuramento do CMVMC é o seguinte:

Variações	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	164.948
Compras	606.731
Reg. de existências	29.129
Existências finais	139.993
CMVMC	**602.557**

Os consumos de mercadorias, são em valor resultado essencialmente do combustível utilizado nas viaturas da CM de Loures.